



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

MAUROZAN SOARES TEIXEIRA

**O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA EM JOHN DEWEY: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA
EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA.**

**TERESINA
2018**

MAUROZAN SOARES TEIXEIRA

**O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA EM JOHN DEWEY: CONTRIBUIÇÕES PARA
UMA EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para qualificação em Filosofia na área de concentração: Linguagem, Conhecimento e Mundo.

Orientadora: Prof. Dr. Edna Maria Magalhães do Nascimento.

TERESINA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

T266c Teixeira, Maurozan Soares.
O conceito de experiência em John Dewey:
contribuições para uma epistemologia naturalizada /
Maurozan Soares Teixeira. – 2018.
97 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade
Federal do Piauí, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Edna Maria Magalhães do
Nascimento.

1. Filosofia. 2. Epistemologia Naturalizada. 3.
Experiência. 4. Instrumentalismo. 5. Pragmatismo. I.
Dewey, John, 1859-1952. II. Título.

CDD 121

MAUROZAN SOARES TEIXEIRA

**O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA EM JOHN DEWEY: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA
EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para o título de Mestre em Filosofia na área de concentração: Linguagem, Conhecimento e Mundo.

Aprovada em: ____/____/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edna Maria Magalhães do Nascimento – UFPI
Orientadora

Profa. Dr. Heraldo Aparecido Silva

Examinador externo

Prof. Dr. Gerson Albuquerque de Araújo Neto – UFPI
Examinador interno

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado tem como objetivo investigar o conceito de experiência em John Dewey, sobretudo, as contribuições que este filósofo apresenta para uma epistemologia naturalizada. É a partir da noção de *experiência* no pragmatismo deweyano, enquanto uma atividade de cunho evolucionista, no qual organismos fisiológicos, seja o homem, sejam os animais inferiores, empenham-se em adaptações ao ambiente para manter o processo da vida, que se busca compreender o significado de uma epistemologia naturalizada no pensamento de Dewey. Considerando esta perspectiva naturalista adotada por Dewey, discutiremos a relação de continuidade e não separação entre filosofia e ciência, tendo em vista que o próprio autor discute em sua obra *Experiência e Natureza* (1980) que a filosofia não está separada da experiência. Esta concepção sustenta que a inteligência humana vai encontrando as melhores soluções necessárias ao processo de adaptação e readaptação ao meio que vive, sendo assim, o conhecimento para o filósofo norte-americano parte do processo experiencial, tendo na experiência o principal sustentáculo. Sabe-se que para Dewey não faz sentido falar de uma *experiência transcendental*; ao contrário, sua vertente naturalista descreve o cérebro e o sistema nervoso enquanto órgãos de ação e padecimento; agem sobre o meio e sofrem ações externas. Com base neste quadro de referência, busca-se conhecer e caracterizar a concepção de conhecimento sustentada por Dewey. A partir desta descrição naturalista, se quer investigar o conceito de “experiência” enquanto categoria básica da obra de Dewey do livro *Experience and Nature* [Experiência e Natureza] (1925). Considerando na aceção de Dewey o caráter temporal das coisas experienciadas, segundo o qual não se concebe noções como a “*transcendência*” do conhecimento, a investigação se concentrará no estudo do conceito de experiência e das características de uma epistemologia naturalista. Esta pesquisa também será norteada pela caracterização que Dewey faz em relação ao pragmatismo, identificando sua especificidade ligada à noção de experiência e o naturalismo.

Palavras-chave: Experiência. Epistemologia Naturalizada. Instrumentalismo. Dewey. Pragmatismo

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the concept of experience in John Dewey, especially the contributions that this philosopher presents to a naturalized epistemology. It is from the notion of experience in Deweyan pragmatism, while an activity of an evolutionary nature, in which physiological organisms, be it man, are the inferior animals, engage in adaptations to the environment to maintain the process of life, which seeks to understand the meaning of a naturalized epistemology in Dewey's thought. Considering this naturalist perspective adopted by Dewey, we will discuss the relation of continuity and non-separation between philosophy and science, since the author himself discusses in his work *Experience and Nature* (1980) that philosophy is not separated from experience. This conception maintains that human intelligence is finding the best solutions necessary to the process of adaptation and readaptation to the environment it lives in. Thus, knowledge for the North American philosopher is part of the experiential process, having in the experience the main support. It is known that for Dewey it does not make sense to speak of a transcendental experience; on the contrary, its naturalistic aspect describes the brain and the nervous system as organs of action and suffering; act on the medium and suffer external actions. Based on this frame of reference, we seek to know and characterize the conception of knowledge supported by Dewey. From this naturalistic description we want to investigate the concept of "experience" as the basic category of Dewey's work in *Experience and Nature* (1925). Considering in Dewey's sense the temporal character of things experienced, according to which no notions are conceived as the "transcendence" of knowledge, research will concentrate on the study of the concept of experience and the characteristics of a naturalistic epistemology. This research will also be guided by Dewey's characterization of pragmatism, identifying its specificity linked to the notion of experience and naturalism.

Keywords: Experience. Naturalized Epistemology. Instrumentalism. Dewey. Pragmatism

Agradeço a minha orientadora Professora. Dra Edna Maria Magalhães. Agradeço aos meus pais, Manoel Bispo Teixeira e Rosenilda Soares Clemente, à minha irmã e meu cunhado, à minha esposa Tamires, e a toda a minha família que sempre me deu total apoio.

"O professor que desperta entusiasmo em seus alunos conseguiu algo que nenhuma soma de métodos sistematizados, por mais corretos que sejam, pode obter"

John Dewey

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONCEITO DE EXPERIÊNCIA ENQUANTO FUNDAMENTO DA EPISTEMOLOGIA NATURALISTA DE JOHN DEWEY	12
2.1 Considerações iniciais.....	12
2.2 Conceito de experiência em John Dewey	12
2.3 Articulação teórica entre experiência e natureza	21
2.4 Desenvolvimento do pensamento através da experiência	26
2.5 Caracterização da Epistemologia Naturalística de Dewey	33
2.6 Considerações finais	36
3 CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO DEWEYANO PARA UMA FILOSOFIA DA EXPERIÊNCIA.....	37
3.1 Considerações iniciais.....	37
3.2 Pragmatismo: evolução, caracterização e problemas epistemológicos em Dewey.....	37
3.3 Pragmatismo: uma teoria da verdade prática.....	46
3.4 O Papel do Instrumentalismo Pragmatista de Dewey para uma Filosofia da Experiência.	51
3.5 Influência do darwinismo no pensamento de John Dewey	57
4 APROXIMAÇÕES ENTRE O NATURALISMO EPISTEMOLÓGICO DE DEWEY E O NATURALISMO NA ATUALIDADE.....	62
4.1 Considerações iniciais.....	62
4.2 Naturalismo epistemológico: a discussão do conceito.....	62
4.3 Principais Teses naturalistas: reflexões sobre o naturalismo de Dewey.....	66
4.4 A epistemologia naturalizada na atualidade: o legado de Dewey.....	77
4.5 Pragmatismo e Naturalismo	86
4.6 considerações finais	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado foi denominada “O conceito de experiência em John Dewey: contribuições para uma epistemologia naturalizada”. Diante disso, este trabalho tem como objetivo investigar o conceito de experiência em John Dewey para identificar nele possíveis contribuições teóricas para uma epistemologia naturalizada, tendo em vista que este conceito desenvolvido pelo filósofo não se limita apenas à sua obra epistemológica *Experiência e Natureza*, mas também em outros textos, como por exemplo, *Experiência e arte*, entre outros. Com isso, a pesquisa será norteadas pela noção de experiência no pragmatismo deweyano enquanto uma atividade de cunho evolucionista para se compreender melhor a articulação entre experiência e natureza, compreender em que consiste uma epistemologia de base naturalista e as possíveis contribuições do método deweyano para esta filosofia da experiência.

John Dewey (1859-1952), filósofo estadunidense, trouxe uma contribuição singular ao debate sobre o conhecimento, especialmente quando rejeita um modo tradicional de fazer filosofia, modo este oriundo da herança de Descartes e Kant. Sua carreira cobre a vida de três gerações e sua voz pode ser ouvida no meio das controvérsias culturais dos Estados Unidos (e do estrangeiro) desde a década de 1890, até sua morte em 1952, quando completara 92 anos de idade. Ele viveu numa época em que a ciência era o estudo mais observado pelos estudantes e pensadores. É neste contexto que ele concentrou seus estudos e análise sobre a relação entre filosofia e ciência.

O pensamento de Dewey é multifacetado, a sua teoria perpassa a política, a democracia, a sociedade, ciência, naturalismo, pragmatismo, estética e principalmente a educação. Dewey passou por linhas de pensamento que o transformaram em um crítico radical dos dualismos tradicionais da filosofia. Dewey ao escrever sobre a dualidade existente entre matéria-espírito, exterior-interior afirmou que estes pares binários se constituem falsos problemas. A realidade é complexa e só pode ser compreendida em situações interacionistas. Dewey foge da concepção de que a consciência é somente contemplação, uma vez que consciência reflexiva é produto natural, histórico e social.

A teoria de Dewey tem uma forte vertente naturalista cuja explicação da "experiência" enquanto a forma mais rica e complexa da vida, é realizada não por meio de uma abordagem metafísica, mas sim, por uma vertente científica. Dewey denomina sua filosofia de "[...] naturalismo empírico ou empirismo naturalista". Em sua obra *Experience and Nature* [Experiência e Natureza] (1925), fica visível a sua crítica à forma como a experiência era entendida pela filosofia clássica, ou seja, direcionada para a ideia de consciência introspectiva, isto é experiência como um dado unicamente do sujeito.

Adepto do darwinismo e da teoria evolucionista, Dewey apresentou sua teoria unindo a natureza à experiência, visto que seria impossível para a ideia clássica conceber essa junção, isso por que, a mente (consciência) era entendida como separada da natureza e responsável pelo sentido da existência dos elementos. Dewey propõe superar a visão filosófica que coloca a experiência somente no plano da consciência humana de um lado, e natureza como sendo algo mecânico de outro lado, e assim, ele faz com que exista uma associação entre as duas dimensões, proporcionando destaque também na natureza e todos os seus componentes biológicos; isto porque, em seu pensamento, todos os corpos contribuem uns com os outros de forma experiencial. Diante disso, Dewey (1980, p. 3) argumenta que "para muitos, a associação das duas palavras parecerá algo como falar de um quadrado redondo, tão difundido é a noção da separação entre o homem e experiência de um lado, e a natureza, de outro".

Com base no pensamento deweyano sobre a experiência é que a presente pesquisa foi desenvolvida, suscitando o desejo de conhecer e aprofundar de forma coerente e reflexiva a filosofia da experiência apresentada por Dewey. Portanto, neste trabalho verificar-se-á a articulação entre o naturalismo de Dewey e a tradição filosófica empirista e, sobretudo, o empirismo radical da epistemologia contemporânea.

A presente investigação também se constitui em prosseguimentos de estudos realizados desde a Graduação no curso de Filosofia cujo tema "Experiência e educação para a formação progressiva da criança em John Dewey" foi objeto de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Assim, à luz do pragmatismo de Dewey pretende-se compreender o conceito central deste filósofo, ou seja, o conceito de experiência para analisar a partir da leitura sistemática dos escritos de Dewey, de comentadores e de autores da epistemologia na atualidade a pertinência desta

reflexão para uma epistemologia de base naturalista. O naturalismo de Dewey deriva de uma influência darwinista, cujo reconhecimento está presente no texto de Dewey "The Influence of Darwinism on philosophy" (1910) e de uma herança peirciana cuja premissa é de que não deve haver distinção entre os projetos científicos e filosóficos.

A presente dissertação foi estruturada a partir dos seguintes capítulos: No primeiro capítulo foi desenvolvida uma análise acerca do "Conceito de experiência enquanto epistemologia naturalista de John Dewey". Neste capítulo foi feita uma discussão e problematização acerca do conceito de experiência, enquanto categoria teórica principal da obra de Dewey. O segundo capítulo demonstrou as "Contribuições do pragmatismo deweyano para uma filosofia da experiência". Neste capítulo foi apresentado o pragmatismo, sua evolução, caracterização e problemas epistemológicos desta tradição, com ênfase na teoria da verdade prática, no instrumentalismo e na influência do darwinismo no pensamento de Dewey. O terceiro capítulo foi nomeado de 'Aproximações entre o naturalismo epistemológico de Dewey e o naturalismo na atualidade; trata de discutir a atualidade do pensamento Dewey relacionando-o a autores contemporâneos como Willard Van Omar Quine.

Com esta ordem de trabalhos, busca-se responder às questões pertinentes à pesquisa sobre a atualidade e importância da epistemologia naturalista de Dewey para a filosofia hodierna.

2 CONCEITO DE EXPERIÊNCIA ENQUANTO FUNDAMENTO DA EPISTEMOLOGIA NATURALISTA DE JOHN DEWEY

2.1 Considerações iniciais

O conceito de experiência em Dewey está presente em várias obras, como por exemplo, *Experiência e natureza*, *Experiência e arte*, *Como pensamentos*, *Que entende o pragmatismo por prático*, passando também por suas obras sobre educação, *Experiência e Educação* e *Educação e Democracia* constituindo-se uma categoria chave para entender seu pensamento em relação ao pragmatismo e ao método instrumentalista.

Desta forma, o pensamento epistemológico, educacional, ético e, sobretudo, político de Dewey está fundamentado no conceito de experiência e na abordagem naturalista desenvolvida a partir das ideias darwinistas. Todas as suas obras são marcadas pela noção de experiência, cujo corolário principal é a relação que essa experiência tem com a natureza em todos os âmbitos.

2.2 Conceito de experiência em John Dewey

John Dewey é membro da tradição pragmatista americana, herdou de Peirce o realismo científico na medida em que, defende uma posição profundamente anticartesiana e inimiga do fundacionismo. No realismo, Dewey acompanha o pensamento de Peirce no que tange ao entendimento do real como sendo [...] "aquilo cujas características são independentes do que alguém possa pensar que elas sejam" (PEIRCE, 2016, p. 20). Contudo, a ação da mente vai estar ligada à compreensão daquilo que lhe é revelado pelo exterior, não sendo, pois, a consciência detentora do real em sua totalidade, mas uma abertura para fazer com que o real seja independente das motivações do pensamento. Diante disso, Dewey acompanha de Peirce essa posição, sendo um dos pilares de seu pensamento, a unidade entre experiência e natureza.

Assim como Peirce pensava, Dewey proclama que o conhecimento deve começar na experiência, porém não entendida como "experimentalismo" ou como uma espécie de sensualismo, mas como um produto mental completo (BARRENA; NUBIOLA, 2013, p. 31). Esse produto mental completo não faz referência ao

pensamento cartesiano, mas à compreensão de que a experiência passa pelo mental conduzindo o pensamento à compreensão das coisas.

Considerado um pragmatista clássico, ao lado de Charles Peirce (1839 - 1914) e Williams James (1842-1910), Dewey desenvolveu uma filosofia social e política que o distingue de Peirce e James, a sua filosofia ele a denominou de instrumentalismo, enquanto Peirce desenvolveu o seu "pragmaticismo" e James, o "pragmatismo". James assim como Dewey destacam a importância da experiência para o conhecimento. De acordo com James (2016), as ideias que partem do conceito de experiência se distanciam do conhecimento meramente subjetivo e de ideias puramente abstratas. Ele mostra que o pensamento que não se utiliza da experiência para formular posicionamentos é insuficiente para a compreensão da natureza. Diante do seu posicionamento em relação a experiência, ele demonstra em seu pensamento que, o empirista deve abandonar as realidades somente pautadas em um conhecimento subjetivo, destacando o verdadeiro significado desse abandono como sendo "o ar livre e as possibilidades da natureza, e também uma atitude contrária aos dogmas, a artificialidade e a falsa pretensão de posse da verdade de forma concludente" (JAMES, 2016, p. 100, tradução nossa).

O pensamento de James e Dewey se aproximam na medida em que este último se utiliza da ideia em que a experiência deve se libertar da subjetividade da consciência como era demonstrada por Descartes. A experiência desenvolvida no pensamento de Dewey dá possibilidades para que o conhecimento transforme-se em ação capaz de se expressar como existência. James (2016) destaca que as ideias que são formadas em nossa mente, partem das nossas experiências e se tornam verdadeiras quando nos permitem formar uma relação com a natureza e as demais experiências desenvolvidas pelos seres.

Considerando Dewey como herdeiro desta tradição, começada por Peirce e James, sua compreensão da experiência como um fenômeno natural, biológico, social e histórico possibilitou uma nova concepção do pensamento, sendo este um mecanismo fundamental de resolução de problemas e de adequação do homem ao mundo. Esta epistemologia está inserida nas seguintes obras: *Logic: the theory of Inquiry*(1938), *How We Think*(1910), *The Quest for Certainty*(1929) e *Experience and Nature* (1925).

Em todas essas obras citadas, Dewey descreve os fundamentos que possibilitam a experiência e como essa experiência é desenvolvida, tendo em vista

uma crítica à maneira clássica de compreensão da experiência. Vale ressaltar que suas demais obras são interligadas ao seu conceito de experiência, fazendo com que o entendimento humano seja pautado no ato de experienciar a natureza e o meio social que o cerca.

Diante disso, alguns questionamentos são essenciais para o entendimento deste conceito ao qual se pretende trabalhar: Qual é a noção de experiência que Dewey defende? O que diferencia o conceito de experiência de Dewey do da filosofia clássica, sobretudo do idealismo cartesiano e da tradição empirista?

É diante do modelo clássico de experiência entendida como algo que parte somente do sujeito ou aquela de um empirismo que não se utiliza do experimentalismo é que Dewey exprime em sua teoria e defesa do conceito de experiência.

Dewey se opõe ao conceito grego de experiência, bem como ao conceito de experiência do empirismo não experimentalista de tradição britânica. Nenhum pode se livrar da falácia filosófica de querer converter os objetos do conhecimento em entidades autônomas e ideias separadas de toda relação com os procedimentos práticos. (NASCIMENTO, 2011, p. 82).

A crítica ao modelo clássico de compreensão da experiência está inserida no momento em que a experiência não mantém aproximação com a natureza, fazendo com que exista um compartimento separado como outra estrutura, sem interligação e nem conexão. Esta não conexão dá possibilidades para a existência de uma barreira que não permite o deslocamento da experiência para com a natureza, fazendo com que a ligação, em termos do evolucionismo, não apenas seja quebrada, mas também desligada por completa do meio natural, tornando essa noção de experiência produção de si própria, franqueada somente ao homem.

Esta forma de experiência, baseada na subjetividade no pensamento moderno, defendida por René Descartes, é fundacionista, porque coloca o *cogito* como a base de todo o conhecimento e abandona a experiência, colocando-a a margem da epistemologia. Descartes parte da dúvida metódica para analisar existência das coisas, e demonstra que a confiança que outrora existia através dos sentidos, agora é sanada, e passa a valer o critério que o mental pode fazer para com as coisas materiais, sendo, pois, a razão o clivo para determinar os objetos e sua existência:

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se confiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez. (DESCARTES, 1983, p.4).

Na *Primeira Meditação*, Descartes mostra o seu objetivo em relação ao conhecimento e ao afastamento da experiência com a natureza, no que tange ao campo dos sentidos ao obter as realidades que vêm de fora da mente. A crítica de Dewey tem seu ponto de partida no combate a uma posição racionalista e intelectualista, sobretudo a não aceitação do conhecimento como oriundo dos processos naturais.

Para Dewey no livro "Experiência e Natureza" (1980) a falta de conexão entre experiência e natureza cria-se a necessidade de um modelo de experiência supra-empírico, transcendental, distante da experiência ligada à natureza, fechado somente nas ideias que a própria consciência subjetiva dita sem se preocupar com a importância daquilo que se experimenta no mundo físico. Dewey faz uma crítica à ideia de conceber a experiência como algo além do contingente, para ele desta forma não haveria continuidade e conexão na natureza:

A experiência nunca se ergue acima do nível do particular, do contingente e do provável. Só um poder que transcenda, na origem e por seu conteúdo toda experiência concebível poderá alcançar autoridade e direção universal, necessária e certa. Os próprios empíricos admitiram a exatidão de tais afirmações. (DEWEY, 2011, p. 86).

A filosofia clássica entendia a experiência presa somente ao particular sem autoridade e força para direcionar o conhecimento. O conceito de experiência em Dewey foge de uma experiência onde somente o mental detém o poder epistemológico. Isto porque quando só o mental domina a ideia de conhecimento, a experiência é entendida como algo puramente mecânico e material. Contudo os pensadores clássicos condenavam a experiência que não fosse subjetiva, demonstrando que ela proporcionava um conhecimento mecânico da realidade e que precisaria alcançar essa transcendentalidade para que pudesse sair do plano mecânico.

Dewey versa a sua teoria sobre a crítica desse modelo de compreensão da experiência; pois a experiência e a natureza em seu pensamento apresentam uma sincronia, tendo em vista que as duas "convivem harmoniosamente juntas, onde experiência apresenta-se a si própria como método, e o único método para atingir a

natureza” (DEWEY, 1980 a, p. 3). Com isso, é possível se perceber a aproximação de Dewey com o pensamento de James que foi expresso anteriormente, quando ambos propõem que a experiência seja compreendida como a maneira pela qual se pode observar os acontecimentos naturais.

Dewey reivindica e deposita sua defesa em favor da experiência enquanto sendo a guia da ciência e da vida em todos os planos dos seres humanos; defesa esta que os empíricos não fizeram e num contexto em que podiam reivindicar, pelo fato de ainda estarem ligados à parte empírica sem o experimentalismo. Pode se dizer, então, que a experiência torna-se responsável pelo contato direto do homem com a parte natural e que ela não é distante, mas interligada à natureza de tal forma que tal experiência “penetra da natureza, atingindo suas profundezas e de maneira tal que seu apoderar-se é capaz de expansão” (DEWEY, 1980 a, p.4). Contudo, esse apoderar-se, está longe de ser atributo meramente mecânico, como entendiam os filósofos empiristas. Essa expansão não se dá apenas no plano da natureza, mas, sim, em todas as formas de expressividades dos corpos, seja humano ou qualquer outro agente natural. Assim, a experiência no pensamento deweyano pode ser identificada ao realismo ontológico.

Com base neste realismo, segundo Dewey (1980a, p. 4), “[...] quando a experiência ocorre, não importa em que limitada porção de tempo e de espaço, entra na posse de alguma porção da natureza, e de maneira tal que torna outro de seus recintos acessíveis”. A experiência é fundamental para o conhecimento da natureza, principalmente por tornar a natureza mais acessível diante do aprofundamento das realidades naturais que serviram e servirão para o homem. É com a experiência que as informações referentes aos fenômenos naturais e a toda a dinâmica de vida se torna passível de aprofundamento e modificação.

A experiência no pensamento deweyano se direcionará para a maneira experimental trazendo a filosofia para uma análise naturalizante do conhecimento. Com isso, diz Dewey (2011, p. 90), “onde quer que haja vida, há comportamento, há atividade e para que a vida possa continuar torna-se necessário que essa atividade seja contínua e adaptada ao meio ambiente”. Assim, a partir desse pensamento, Dewey argumenta que vida e natureza estão interligadas e que há uma adaptação, e desempenho dos seres vivos e do efeito que a maneira de compreensão da experiência em conexão com a natureza pode remeter. Diante disso, Dewey reconhece a atividade como sendo uma ação exercida entre ambas

as partes de seres dentro da natureza e a ação que a própria natureza exerce sobre os seres. A atividade do ato de experienciar é contínua e pede dos corpos mais do que adaptação, fazendo com que os mesmos deixem sua forma passiva.

De acordo com Dewey, na obra *Reconstrução em Filosofia (2011)*, ao deixarem a forma passiva os organismos não esperam ser modificados pelo ambiente, mas se dispõem a influenciar as futuras modificações. Isto porque “não existe, no ser vivo, coisa que seja mera conformidade com as condições, muito embora certos parasitas se aproximem deste limite” (DEWEY, 2011, p. 90). Assim, a maneira como acontece à modificação e adaptação dos corpos, acontece à modificação e adaptação na parte experiencial, com maior grau de elevação e reorganização do meio natural.

Em virtude deste argumento, os organismos sempre estarão em contínua relação e modificação, no dizer de Dewey "as mudanças produzidas no meio ambiente reagem sobre os organismos e sobre suas atividades, de sorte que o ser vivente experimenta, e sofre as consequências de seu próprio comportamento" (DEWEY, 2011, p. 91). Assim, os elementos não manterão uma condição de inércia, nem de passividade, mas sim de constante atividade. Estes organismos não ficam à espera de uma ação que os faça se movimentar, mas buscarão sempre transformações que possibilitem conhecimento e desenvolvimento.

No pensamento deweyano, acontece aquilo que se conhece como “conexão entre as ações e atividades” (DEWEY, 2011, p.91). Ele entende que a conexão íntima entre agir, sofrer ou submeter-se a este modelo constitui aquilo que denominamos experiência. Para ele, não faz sentido experiência e ações que não estejam em uma conexão. Tais ações são importantes para que haja o conhecimento. A ação e a experiência em conexão proporcionam sentido ao conhecimento. A ação que é exercida serve para mostrar que a experiência está presente em todos os espaços que são compostos por elementos vivos e não vivos. Com isso, o sofrimento também é visto como uma das maneiras pelas quais os organismos “experienciam”¹ outras realidades, sendo, pois, importante na obtenção do conhecimento.

¹ O termo "experienciam" é usado por Dewey nas obras *Experiência e Natureza* e *Reconstrução em Filosofia* para designar a experiência como uma atividade constante e contínua envolvida no chamado fluxo dos acontecimentos.

Se tais ações e sofrimentos no curso normal da vida dos elementos não apresentar conexão, a experiência não terá sentido e nem valerá como forma de conhecimento, pois a conexão passa a existir no momento em que se experimentam outras realidades. Com isso as ações têm que ser resultado daquilo que os organismos exercem como atividade.

Como entender que há uma experiência, diante de uma ação que deve ser exercida? Dewey (2011, p.91), mostra que a compreensão da existência de uma experiência não é algo tão complicado e distante da realidade humana e nem tampouco natural. Para o filósofo, só acontece uma experiência de fato quando acontece uma ação que é causada pela tentativa de se descobrir algo ou que se relacione com as transformações entre os elementos. Para ser compreendida a experiência, é necessário que os corpos (elementos) sofram e reajam do meio outra ação:

Suponhamos que o fogo se ateia num homem que está dormindo. Parte do seu corpo é queimada pelas chamas. Entretanto a queimadura não resulta do que ele fez. Não há nada em qualquer modo instrutivo que possa ser denominado experiência. Há, sim, uma série de meras atividades, tais como contrações espasmódicas dos músculos. (DEWEY, 2011, p. 91).

Esta atividade para Dewey, não é tida como experiência, mesmo que se pareça como algo experimental. Isto porque, para ele, não há uma forma de aprendizagem e nem um processo de acumulação do conhecimento. A dor sofrida pelo homem não foi causada por uma ação conexa com a atividade. O que aconteceu não tem ligação com acontecimentos anteriores que possibilitem novos acontecimentos e uma relação de continuidade:

Suponhamos agora que uma criança irrequieta coloque o dedo no fogo. A ação é feita ao acaso, a esmo, sem intenção ou reflexão. Porém, alguma coisa acontece. A criança experimenta a ação de queimadura, sofre dor. A ação e a experiência, a impressão e a queimadura, são coisas conexas: uma sugere e dá sentido à outra. (DEWEY, 2011, p. 91).

A defesa de Dewey em relação ao primeiro caso, que de certa forma, se assemelha ao segundo por se tratar de queimadura, mas que se distancia do segundo por demonstrar ações e atividades de certa maneira diferentes, está na demonstração em que mostra que a atividade do primeiro caso não tem uma relação direta de ação e reação, sendo assim, o que aconteceu no primeiro caso foi

simplesmente uma série de atividades provocadas pelo sofrimento desconexo. Já no segundo caso, acontece aquilo ao qual se pode chamar de experiência num sentido vital e que possua significado na vida. A criança aprendeu que não se deve atear fogo. Diante disso, há no segundo caso um processo de continuidade e acumulação do conhecimento de ação e reação conexas.

No pensamento deweyano, a reflexão sobre estas conexões de atividades são perceptíveis em um universo que está em constantes mudanças e transformações, podendo ser vistas tanto a olho nu, quanto com ajuda de aparelhos. Estas mudanças são possíveis por conta da conexão das atividades de cada elemento. Nesta dinâmica de mudanças, ocorrem as relações que são desenvolvidas pelos corpos através da grandiosidade e diversidade que existem no universo. De acordo com Dewey (1980 a, p. 13), “o universo é o conjunto infinito de elementos, que se relacionam de diversas maneiras possíveis”. Os elementos se entrecruzam e por conta desse cruzamento de um elemento com o outro ocorre a multiplicidade e variedade dessas relações, que se fazem essencialmente precárias, instáveis e possibilitando o crescimento e a transformação. Essas transformações ocorrem a todo o momento com uma dinâmica natural, sendo possível então a grandiosidade de relações que se formarão a cada contato.

Os elementos, na visão de Dewey, estão em contínua transformação e demonstram o sentido experiencial de cada corpo ao se defrontar tanto com o novo quanto com o velho. Não importa de que maneira será o contato, o que se percebe é que depois da relação, os elementos não permanecem estáveis, sempre haverá uma perpetuação de novas relações dando sentido a novas experiências, fazendo com que surjam novas conexões e novas atividades. Estas experiências devem estar interligadas como dito acima.

Com isso, tudo o que possui existência viverá de acordo com as relações mútuas com outros elementos. Os corpos se desenvolveram de forma ágil a partir de uma ação sofrida de outro corpo, sendo transformado a partir do experienciado e levado a modificação e reciprocidade com outros corpos que também sofrerão alterações (DEWEY, 1980 a, p. 13). Deste modo, Dewey caracteriza a experiência como um agir sobre o mundo e não como uma mera “vivência passiva” que o “intelecto sofre”, que é o modelo antigo.

Esse agir sobre outro corpo e, sofrer de outro uma reação é, em seus próprios termos, o que chamamos de experiência. Nosso conceito de experiência, longe, pois, de ser atributo puramente humano, alarga-se à atividade permanente de todos os corpos, uns com os outros. (DEWEY, 1980 a, p. 13).

Com isso, a experiência parte da ação exercida sobre os corpos e da conexão existente entre esses corpos. Dewey alarga a experiência à vivência no cotidiano. Isto porque, no pensamento deweyano, todos os corpos estão incluídos na experiência. A diferença está nas relações e nos objetos. No mundo dos objetos físicos da natureza, como assim diz a ciência, as experiências diferem, por exemplo, as experiências não carecem de adaptação com o outro corpo. Os corpos não precisam conservar seu caráter principal e primário: o ferro ao passar por alguns processos não apresenta necessidade essencial própria que o faz tornar-se ferro novamente, ele não resiste no desejo de permanecer o que era antes, com todas as características, “ao entrar em contato com a água, breve se transforma em bióxido de carbono” (DEWEY, 1980, p. 113).

No plano humano é diferente, pois o ser humano não passa a ser outro elemento. A ação entre os corpos necessita de uma adaptação e readaptação. O corpo precisa conservar o organismo e as experiências adquiridas, isto é, a pessoa humana não passa a ser outra coisa, outro elemento diferente assim como acontece com o ferro que se transformou óxido de ferro (ferrugem). As experiências nesse plano são físicas e psicológicas; os corpos procuram agir e reagir na tentativa de manter além da adaptação uma forma equilibrada em seu plano de vida. A adaptação não está só no plano biológico, mas também ao conhecimento para uma consciência nos moldes da vida cotidiana, à reflexão e à “reconstrução” da experiência (DEWEY, 1980, p. 113).

A vivência no curso normal da vida implica várias experiências, principalmente os desejos e os impulsos naturais, sendo que essas experiências possibilitam a abertura ao conhecimento, pois o contato com a natureza não tem limitações, sendo a experiência responsável por proporcionar a abertura para modificações (NASCIMENTO, 2011, p.53). O teórico estadunidense descreve isso como uma preparação para a reorganização das experiências. E nessas preparações manifestadas através da vida, “Dewey entende que são o ponto de partida para o crescimento intelectual, desde que o indivíduo consiga adiar-se da ação imediata e

refletir, unindo a observação à memória (experiências anteriores)” (CARLESSO, 2008, p. 6).

Para Nascimento (2017, p. 86), Dewey concebe a experiência em conexão com natureza, tirando ideia de experiência apenas como atividade subjetiva da consciência. Por este caminho, a experiência torna-se o método capaz de fazer com que a natureza mostre suas riquezas para a continuidade do conhecimento e reorganização de novas experiências. Portanto, “a experiência é o ponto de partida e o ponto de chegada da investigação” (NASCIMENTO, 2017, p. 81). É com esse entendimento de experiência, que se percebe o afastamento do pragmatista da filosofia clássica do tipo racionalista, bem como da filosofia puramente empirista.

Assim, pode-se entender a experiência, na filosofia naturalista de Dewey, como uma *situação* e dessa situação é produzida uma síntese daquilo que se pode obter em dada circunstância.

2.3 Articulação teórica entre experiência e natureza

Vimos que a experiência para a filosofia de John Dewey só é possível em articulação com a natureza. Em virtude disso, no primeiro capítulo do livro *Experience and Nature* [Experiência e Natureza], Dewey demonstrou qual o seu propósito em relação à epistemologia e o naturalismo empírico: “[...] a filosofia aqui apresentada poderá ser denominada naturalismo empírico ou empirismo naturalista, ou, tomada ‘experiência’ em sua significação habitual, humanista naturalista” (DEWEY, 1980, p.3). Dewey procura afastar-se das filosofias clássicas que dicotomizaram esta relação, colocando o homem e a experiência de um lado, e do outro, a natureza.

A filosofia da experiência de Dewey (1980, p.3), parte das ideias desenvolvidas pelo darwinismo em relação à natureza em seu processo evolucionário. Dewey amparado nesta abordagem descreve que os corpos se adaptam ao ambiente e dele fazem suas próprias experiências. Na filosofia clássica tal entendimento não acontecia, sendo, pois “introduzido algo não natural por meio da razão ou da intuição, algo supra-empírico” (DEWEY, 1980, p.3). Diante disso, o filósofo destaca que, o conceito clássico de experiência era entendido de forma errônea, pois tal conceito não entendia a experiência ligada à natureza,

introduzindo assim por dizer, algo subjetivo, colocando a natureza separada da experiência.

Dewey apresenta a experiência em articulação com a natureza como um processo de “continuidade”, ou seja, como um *devir*. Este processo também pode ser descrito como atividade segundo a qual a natureza se produz. Em relação aos seres vivos estes desenvolvem processos de adaptação cuja experiência os potencializa para a continuidade. Em relação ao homem esta atividade não é distinta, de maneira que esse conhecimento adquirido dará possibilidades para o surgimento de ideias ou representações sobre o mundo que tem um caráter muito mais utilitário que transcendental; são estas ideias tornadas práticas que garantem a atividade. Assim, o pensamento reflete a experiência como um *continuum* responsável pela atividade.

Deste ponto de vista, Dewey formula uma ideia de conhecimento proveniente desta intervenção do pensamento no mundo e, assim, ele defende uma epistemologia naturalizada segundo a qual não cabe mais justificar o conhecimento, mas reconhecer a sua origem nos processos naturais, biológicos, cognitivos e inclusive históricos. A experiência natural não é aquela do sujeito introspectivo, mas uma relação interacionista entre o sujeito, o mundo, o ambiente e a cultura (DEWEY, 1980, p. 90).

O pensamento deweyano se caracteriza diante de uma forte defesa e argumentação contra a ideia de experiência e natureza desarticuladas. Em sua defesa, Dewey apresenta um caráter científico para articular experiência e natureza. Em *Experiência e Natureza* (1980), Dewey permite a visualização do seu pensamento epistemológico junto à natureza, perante a aplicabilidade do método científico (experimental à filosofia, mantendo como principal estrutura uma ideia filosófica de experiência e natureza).

Assim, Dewey mostra outro contexto e chama atenção por demonstrar que a experiência e natureza não estão separadas, mas “convivem harmoniosamente juntas, onde a experiência apresenta-se a si própria como método, para atingir a natureza, [...] onde a natureza revela empiricamente (pelo uso da ciência empírica natural) o desenvolvimento posterior da experiência” (DEWEY, 1980, p. 3). É com essa ideia de articulação que Dewey vê a possibilidade de conexão que desenvolva novas experiências e assim um processo de devir e continuidade. Para o pensamento clássico, que em certos momentos entendia a experiência somente

como subjetiva, e em outros entendia a natureza totalmente distante e mecânica, essa articulação era quase que impossível, sendo, pois, quase que abandonada por todos os pensadores e por aqueles que se diziam cientistas.

Já nas ciências naturais que procuram seus fundamentos na experiência em articulação com a natureza, essa ideia não é compreendida como algo anormal, tendo em vista que aquele que é responsável pela pesquisa, é impelido a usar o método experimental para obtenção de resultados que apresentam total precisão. (DEWEY, 1980).

O pensamento deweyano, contudo procura explicitar como já foi explanado antes, a articulação e junção da natureza e experiência como o objetivo de dar possibilidades para que sejam o ponto de partida e chegada para o desenvolvimento do conhecimento. O pesquisador que se utiliza desse método, antes de tudo e qualquer outra influência, deve entender e “tomar providência, no entanto, para que tais empreendimentos de ordem teórica partam do objeto diretamente experienciado e nele terminem” (DEWEY, 1980, p. 4). Isso ocorre porque o objeto é a principal fonte da inquirição e não o sujeito. O pensamento tem grande valor como parte teórica, mas não é o todo daquilo que se procura, principalmente por deixar que o objeto se desnude para o processo de inquirição sem interferências primária do pensamento.

Os cientistas têm a capacidade de explicar eventos que existiram a milhões de anos e de informar sobre possíveis acontecimentos futuros. Tudo isso é possível graças à utilização do material coletado da natureza e da articulação dessa natureza com o método de verificação ao qual vai buscar responder a novos acontecimentos e formas de continuidade da experiência. Com isso, “o geólogo, por exemplo, não saltou do objeto que ele viu e de tocar para algum evento pertencente a eras passadas; ele comparou o objeto observado com muitos outros, de diferentes tipos, encontrados ao redor de todo o globo” (DEWEY, 1980, p. 5). O cientista citado por Dewey acima, procurou de forma sucinta a continuidade da experiência, possibilitando a partir da comparação de outros objetos e experiências respostas plausíveis para o entendimento das coisas.

Segundo Dewey (1980, p. 3) “a experiência na abordagem clássica formava um véu ou tela que nos separava da natureza”. Quando a experiência não é vista em termos naturalísticos, a natureza é interpretada como algo transcendental e até

mesmo as abordagens empiristas terminam por não considerar o caráter naturalístico da experiência. A este respeito Dewey escreve:

Conforme uma escola oposta, a experiência apresenta-se igualmente em situação desvantajosa, pois a natureza é pensada como significando algo completamente material e mecanicamente determinado; estabelecer uma teoria da experiência em termos *naturalísticos* é, portanto, degradar e negar os valores nobres e ideais que caracterizam a experiência. (DEWEY, 1980, p.3)

Como se vê, Dewey enfrenta não somente a tradição racionalista, mas também o empirismo mecanicista; a crítica de Dewey consiste em afirmar que nestes termos a experiência perde seu valor de possibilitar uma conexão para o desenvolvimento do conhecimento. A experiência no pensamento clássico, além de tornar a ideia de natureza distante, também a tornava passiva e dependente de artefatos, sendo até capaz de compreender a natureza como algo mecânico de difícil acesso, sem valor ou nobreza. A natureza era compreendida somente como material, esquecendo o seu caráter mutável que permeia todos os campos dos elementos biológicos e não biológicos. Com a articulação e renovação que Dewey faz do conceito de experiência e da noção de conexão entre as experiências futuras e a natureza, a ciência toma espaço e se desenvolve causando certa revolução no mundo do conhecimento.

Diante disso, a articulação entre experiência natureza no pensamento deweyano permite perceber a revolução que a ciência causa interligando a experiência à natureza. Esta revolução permite também entender a não dependência em uma ciência de possibilidades finitas, presas a modelos arcaicos e imutáveis. “Em vez de um universo fechado, a ciência brinda-nos agora com um universo ilimitado no escopo e no tempo, sem limites aqui ou ali, nesta ou naquela extremidade, infinitamente complexo, tanto na estrutura quanto na extensão” (DEWEY, 2011, 74).

O universo, desta maneira, não está mais a espera de modificações, mas ele se coloca a disposição das transformações e sai da sua estabilidade e trancamento. Para Shook (2002, p. 150), “[...] Peirce e Dewey descobriram que a experiência apresenta juízos universais apropriados no caso de processos naturais”. Para este intérprete a compreensão de Dewey de experiência se torna desta maneira distante do modelo de experiência proposto por Hume e Mill, assim, os traços apresentados na articulação da experiência e natureza desvela quais os fundamentos que a ciência deve se direcionar. Esta posição distante dos demais

pensadores, exhibe que a “universalização de que trata Dewey não é a de um conteúdo universal ou de um ente absoluto. O que requer a universalidade é o processo de investigação, sua possibilidade de aplicação em situações subsequentes e sua condição intrínseca de autocorreção” (NASCIMENTO, 2017, p. 74).

A ciência que tem como principal objetivo manter essa articulação ao qual se está explanando, procura dar abertura cada vez mais para a natureza; tornando-a ilimitada e com características de continuidade da experiência, sem restrições que procurem fechar a ação científica na universalidade dos conteúdos (sem modificação) e em algo puramente mecânico e distante da filosofia. Quando à universalização dos conteúdos e a mecanização da natureza acontecia no pensamento clássico a “natureza encontrava-se em situação de dependência, coagida, por assim dizer, a produzir um número restrito de resultados estereotipados” (DEWEY, 2011, p. 79). O não elo entre experiência e natureza, tornava o conhecimento preso e restrito, passivo e sem abertura para continuidade, dependente da consciência ou de algo totalmente distante no campo estável mecânico; e mantido com certa submissão e fins que já estavam fixados.

A natureza não tinha liberdade de se abrir para facilitar a compreensão dos acontecimentos e nem tão pouco para manter uma ação e atividade em conexão acumulativa. Com isso, Dewey defende a libertação da natureza, para que a mesma possa contribuir com o conhecimento, mas não o torná-lo como algo mecânico e somente material, isto porque, “quando a natureza passa a ser encarada como jogo de interações mecânicas, perde aparentemente todo o sentido e finalidade” (DEWEY, 2011, 79). A natureza não pode ser entendida como sendo atividade puramente mecânica, mas deve ser entendida como aquela que engloba todos os artefatos da vida, sem exceção e com maestria, sem deixar guiar por fatos que a faça perder o foco na conexão de atividades.

Neste tópico apresentamos um esboço da articulação que Dewey faz entre experiência e natureza, explorando os objetivos dessa articulação, destacando a importância do modelo de ciência pragmatista em seu pensamento. Esta compreensão facilitou o entendimento do motivo pelo qual Dewey fundamenta sua crítica em teorias que não desenvolvem essa articulação e deixam, assim por dizer, a natureza a margem e presa em artefatos já fixados e elaborados.

No próximo tópico será exposto o papel da reflexão para esta articulação, onde se fará um direcionamento do pensamento ligado à experiência para possibilitar fazer as caracterizações e distinções entre experiências primárias e secundárias, destacando a não oposição da experiência ao pensamento.

2.4 Desenvolvimento do pensamento através da experiência

A obra de Dewey *“Experiência e Natureza”* tem como objetivo explorar o processo de constituição e desenvolvimento do pensamento humano como um dado natural. O desenvolvimento do pensamento, a produção das ideias e o cultivo das crenças são condições de possibilidades de ação e resolução de problemas.

De acordo com Nascimento (2014, p. 54), “Dewey desenvolve um programa que visa demonstrar como o pensamento se funda na experiência”. Essa adaptação e cognição pensada por Dewey não se assemelha ao pensamento clássico em relação à experiência, pois o mesmo colocava os estados do mental (consciência) como mera contemplação, sem uma interação com a experiência natural. Com isso, a consciência em Dewey não pode ser tomada como algo que é só contemplação. Ela tem a capacidade de reter as experiências vividas pelo homem naturalmente e transformá-las em conhecimento. Segundo Dewey (2011, p. 35), o homem com sua consciência “[...] faz a associação de acontecimentos presentes àqueles semelhantes ocorridos no passado”. Estes acontecimentos não estão dissociados da natureza, sendo, pois, possível uma compreensão do espaço natural que cerca o homem.

Assim, diante dessa associação, o homem carrega consigo a realidade histórica, pois ele é capaz de recordar todo o conhecimento adquirido no passado e transformá-lo em novas experiências. Em *How We Think* [Como pensamos] (1919), Dewey destaca a importância do pensamento reflexivo para a experiência e para a investigação sobre as crenças já existentes enquanto uma abertura para se adentrar a natureza com maior vigor. Ele esclarece o sentido da observação da natureza nestes termos:

Portanto, se advertirá que a observação não se opõe ao pensamento nem é independente dela. Pelo contrário, a observação reflexiva é ao menos em sua metade pensamento; a outra metade é a manutenção e desenvolvimento de muitas hipóteses. (DEWEY, 1980, p.80).

Com base nesta lógica, pensamento e experiência só podem ser entendidos em comunhão. Com isso, ele enfatiza a importância de se unir pensamento à experiência, pois somente a partir da consciência completa e refinada é que a experiência passa a um nível mais elaborado de racionalidade; sendo, pois, a consciência um filtro das experiências angariadas no dia-a-dia. Entretanto, a experiência no pensamento deweyano não se limita ao sentido humano, vai, além disso, ela envolve todos os corpos da natureza. Esse envolvimento permite o acesso a todas as coisas e delas se sobrevém o conhecimento, é, pois, aquilo que está em constante modificação, não é estável, mas aberto a mudanças e renovações.

O que há de fundamental, nesse modo de ver a experiência, é a sua identificação com a natureza. Os pontos de vista do velho dualismo de natureza e experiência, em que esta era um simples instrumento de análise daquela. Daí a experiência ser considerada transitória, passageira, pessoal, contra a realidade permanente do mundo. (WESTBROOK et al, 2010, p. 34).

Esse dualismo não reconhecia natureza e experiência como sendo algo ligado; sendo, pois, a experiência em uma fase da natureza, uma forma de interação entre os corpos que dela fazem parte. Assim, a experiência é um modo de ser da existência da própria natureza. O que existe entre ambas é uma relação de processamento de elementos do universo.

Com isso, a crítica à maneira clássica de ver a experiência e a natureza se fortifica, pois não há como separar as duas, deixar cada uma desenvolver suas próprias atividades sem a relação processual. Quando essa separação ocorre a experiência fica sujeita a experienciar a si própria. Quanto a isso Dewey explica que,

Quando os objetos são isolados da experiência através da qual são atingidos e dentro da qual funcionam, a experiência é reduzida ao simples processo de experienciar, e experienciar é por esta razão tratada como algo também completo em si próprio. (DEWEY, 1980, p. 12).

Quando a experiência se coloca de forma isolada da natureza, ela se autoexperencia. Para Dewey, isso é tido como um grande absurdo, pois o experienciar que experencia a si próprio, está apenas fazendo a experiência dos próprios estados e processos da consciência. Dewey (1980, p. 12) diz ainda: “[...] desde o século XVII essa concepção de experiência, como equivalente de consciência particular subjetiva, em contraposição à natureza, que consiste exclusivamente de objetos físicos, tem devastado a filosofia”. Fica clara a falta de

conexão entre a natureza e a experiência, o fato destas realidades serem tratadas como coisas totalmente distintas, sem ligação nenhuma e que não tem relação entre si produziu o que Dewey chamou de dualismos que geraram as pseudo- questões filosóficas. A originalidade do autor consiste em adotar o conceito de experiência, no sentido naturalista, evolucionista, cuja explicação dos fenômenos não se dá pela dimensão sensível ou intelectual, ou por uma necessidade de demarcar o que é filosofia e o que é ciência. Para Dewey, ao contrário, tudo está em conexão; ele como um autêntico pensador pragmatista trouxe o debate epistemológico, ontológico e ético para o solo da vida de seres humanos contingentes e, em virtude disto afirmava:

Os fenômenos da vida social são tão relevantes para o problema da relação entre individual e o universal quanto os da lógica; a existência, na organização política, de fronteiras e barreiras, da centralização, do intercâmbio através de fronteiras, de expansão e de absorção, tornar-se-á exatamente tão importante para as teorias metafísicas [...] quanto a análise química. (DEWEY, 1980, p. 16).

Em virtude desta explicação, Dewey sustenta que a experiência é muito mais que aquilo que o sujeito experiência de forma individual sem contribuição da natureza. Tudo deve ser levado em consideração dentro da ideia de epistemologia naturalizada que não segue mais moldes clássicos. Assim, só a união entre natureza e experiência transformará todos os objetos em algo que possua um valor inestimável e uma nobreza quanto à aceitação no campo dos pensadores e cientistas.

A partir dessa unidade com a natureza, é possível entender que os objetos ‘experienciados’ são muito mais do que mera imagem do real. Assim, Dewey (1980, p. 17) descreve: a “natureza é constituída de maneira tal que todas estas coisas, uma vez que se apresentam concretamente, são naturalmente possíveis: não reduzidas à mera aparência contrastante com a realidade”. Portanto, os objetos não são passíveis em relação à experiência, no que tange a maneira como se relacionam com o ser humano.

Diante disso, a experiência também estará coadunada com as sensações. Dewey fala sobre essas sensações com relação ao conhecimento e a capacidade que a experiência tem de fazer parte do processo vital.

Quando a experiência se identifica com o processo vital e as sensações são tomadas como pontos de reajuste, desaparece totalmente o suposto

atomismo das sensações. Com este desaparecimento fica abolida a necessidade de uma faculdade sintética da razão superempírica para ligá-los. (DEWEY, 2011, p. 93).

Dewey expõe que através da experiência as sensações são reajustadas ou reorganizadas. A experiência é assim por dizer, processo de adaptação para com a ação, hábito, função ativa, conexões de ação e reação, coordenação da parte sensorial humana e reconstrução da vivência. O filósofo assume uma posição crítica à filosofia transcendental de Kant no que diz respeito à concepção de experiência e natureza.

Experiência não vem só do estudo organizado, mas da vida social decorrente da história, que conduz a um crescimento de vida. Segundo Dewey (1980, p. 9):

[...] experiência é uma palavra de duplo sentido. Como suas congêneres, vida e história, ela inclui aquilo que os homens obedecem e fazem, aquilo que eles se esforçam por conseguir, amam, creem e suportam, e também como os homens agem e sofrem a ação; em suma processos de experienciar.

Nesse processo de experienciar, são levadas em consideração as ações que os seres sofrem em sua história, tanto de quem está iniciando a vida quanto de quem já sofreu tais ações. Para Dewey (1980) a experiência, também encontra seus valores igualitários em coisas simples como, por exemplo: na história, na vida cotidiana e na cultura. Segundo Dewey “É significativo que vida e história possuam a mesma plenitude de sentido indiviso. Vida: denota função, uma atividade compreensiva. História: proezas realizadas, as tragédias sofridas, registros, leis instituições, propósitos e planos” (DEWEY, 1980, p. 10).

Dewey sustentou que todo e qualquer conhecimento envolve mediações, então para ele não faz sentido falarmos em termos de distinção entre conhecimentos mediatos e conhecimentos imediatos. De tal modo que, para Dewey no âmbito das mediações ou em toda “asserção garantida” está envolvida uma função de inferência. Portanto, não há nesta posição conhecimento imediato como pré-condição para o conhecimento mediato.

Dewey apresenta a experiência como decorrente de dois processos: experiência primária e experiência secundária. A experiência que Dewey defende é fundamentada a partir do método empírico, levando em consideração a configuração de duas formas de se entender a experiência. Com essas duas formas ele adequa a experiência ao uso da reflexão (pensamento sistemático). Essas duas

formas são chamadas de experiência primária (objetos grosseiros da experiência), e experiência secundária (objeto refinado pelo clívio da reflexão). Assim, Dewey (1980, p. 7), descreve as diferenças entre os tipos de experiências, “a diferença é a existência entre aquilo que é experienciado como resultado de um mínimo de reflexão incidental e aquilo que é experienciado em consequência de investigação reflexiva contínua e dirigida”. Diante disso, é a partir do pensamento sistemático que o processo de refinamento e organização das experiências acontece.

A intenção objetiva de Dewey em *Experiência e Natureza* foi desvelar os traços dos objetos que se mostram à experiência. Para este autor, não é possível o conhecimento da coisa em si, mas apenas a constatação dos atributos que são encontrados em forma de atividade. Ele chamou estes atributos de coisas “experienciadas”. Quando esses atributos são encontrados, passam de uma experiência desorganizada (primária) e instintiva às situações mais refinadas pela experiência secundária (trabalho sistemático da razão científica ou filosófica). Este refinamento é tido como um filtro de experiências como foi descrito em outra parte deste trabalho. Sendo assim, o refinamento vai proporcionar uma investigação reflexiva, de continuidade e que tenha um direcionamento.

A experiência deve passar por um refinamento de ideias vindas da experiência primária. Deste ponto de vista ele diz que, “[...] os produtos derivados e refinados experienciam-se somente por causa da intervenção do pensamento sistemático” (DEWEY, 1980, p. 9). O problema que Dewey se dispõe a resolver consiste em apresentar duas maneiras de experienciar: a maneira espontânea e ordinária e a maneira refinada da ciência. A novidade nesta argumentação é o caráter prático da experiência e do conhecimento advindo desta. Não interessa para Dewey uma discussão sobre origem do conhecimento em termos metafísicos, ele constata esta origem no mundo natural e o interpreta como ferramenta fundamental no processo de sobrevivência e adaptações. Ele não abandona a racionalização, a lógica de constituição do pensamento, ocorre que tal lógica incide sobre a resolução de problemas.

O refinamento para Dewey (1980) além de filtrar o material obtido da experiência primária e torná-lo plausível para ser utilizado em outros meios do conhecimento, também contribui para uma intervenção elaborada da experiência. Pois é com a experiência primária (bruta) que a ciência se utiliza para dela obter seus testes necessários para se adentrar à natureza. Isto porque, entender esse

posicionamento para alguns, segundo o próprio Dewey, tendo como base o pensamento de Darwin sobre as espécies; era tido como contrário as crenças de conhecimento vigente. Portanto segundo Dewey (1980, p. 7), “[...] os homens de ciência, quer aceitando, quer não, tais teorias empregaram suas hipóteses como ideias diretrizes para novas observações e experimentos em relação às coisas da experiência bruta”. Não há como fugir desse processo de experiência, até mesmo os mais renomados cientistas.

Agora surgem as seguintes dúvidas em relação a esse método empírico: como ocorre esse processo de utilização das experiências primárias? Como a experiência primária poderá ser modificada em experiência secundária? Quanto a estes questionamentos é necessário entender que a experiência bruta é de suma importância, pois é da experiência primária (bruta), que Dewey (1980) a descreve como sendo o espaço natural (natureza) que se fundamenta as ciências naturais. Um garimpeiro, por exemplo, extrai do minério de ouro grandes pepitas para posteriormente transformá-las em jóias de valores exuberantes, e que possam ser usadas por várias pessoas. Um físico usando métodos reflexivos sobre as teorias que partiram da experiência primária poderá calcular distâncias e feitos luminosos.

Assim, a passagem da experiência primária para a experiência secundária se dá através da reflexão e reorganização da experiência obtida do bruto. O garimpeiro obteve o minério (matéria bruta), e depois o modelou para se tornar uma jóia (refinamento da matéria bruta), ou seja, experiência secundária. O físico por sua vez, já apresenta o cálculo e explicação dos efeitos luminosos como exemplo de uma experiência secundária a partir da reflexão que o mental proporciona. Diante disso, o próprio Dewey (1980, p. 7) esclarece, “o objeto da experiência primária põe os problemas e fornece os dados iniciais da reflexão que constrói os objetos secundários”. Foi possível perceber a relação existente entre o que se é obtido na experiência primária com o que se é obtido na experiência secundária.

A divergência entre filosofia e ciência não é uma problemática a ser considerada por Dewey. Ele não aceita a discussão teórica, sobretudo, dos positivistas lógicos de demarcar o que é ciência e o que é não ciência.

Com o pensamento relacionado aos tipos de experiências e não subordinação da filosofia à experiência é importante entender o procedimento adotado por Dewey, e quais os ganhos que essa união pode proporcionar ao conhecimento. Em *Experiência e natureza* (1980), Dewey proclama o seu objetivo em relação a filosofia

e ciência (experiência experimental), deixando claro que não pretende elaborar uma teoria acerca da separação entre ambas, mas “[...] mostrar os traços gerais das coisas experienciadas e interpretar sua significação para uma teoria filosófica do universo em que vivemos” (DEWEY, 1980, p. 6). Sua preocupação é desvelar a união entre ciência e filosofia através da experiência e natureza e do pensamento reflexivo diante daquilo que foi experienciado, dando liberdade de expressão a ambas, tendo como referência as ciências específicas.

Para Dewey essa experiência se torna possível, porque “o pesquisador científico fala e escreve a respeito de eventos e qualidades particulares observadas, a respeito de cálculos e raciocínios específicos” (DEWEY, 1980, p. 6). Com isso, quando tais ações são desenvolvidas pelos pesquisadores, eles já estão se remetendo ao contexto filosófico refletindo sobre essas ações. Assim, é possível dizer que, não há uma separação entre filosofia e ciência. Mesmo que o pesquisador não comente a palavra experiência, tornando-a explícita na argumentação, ela ainda assim, está presente na defesa e argumentação teórica. Isto porque, segundo Dewey (1980, p. 6),

Tudo o que é designado pela palavra experiência está de tal modo incorporado aos procedimentos e ao objeto científico que mencionar experiência seria apenas duplicar, através de um termo geral, aquilo que já se encontra circunscrito por termos definidos.

Diante disso, a teorização do objeto experienciado já carrega consigo traços da experiência e da filosofia, sem carecer de algo a mais que explique os fundamentos do que poderia ser experiência. Este pensamento defendido por Dewey apresenta que “a experiência não admite divisão entre o ato e a matéria, sujeito e objeto, coisa e pensamento, pois todos envolvem unidades, são conexões” (NASCIMENTO, 2017, p. 99). Para Nascimento há uma unidade entre todos os agentes biológicos e não biológicos, sendo que esta união é característica fundamental para o entendimento da reflexão filosófica. Estas reflexões adentrarão as crenças que são produzidas após a experiência e continuidade de tais experiências. “uma reflexão sobre nossas crenças nos leva as experiências a partir das quais elas se originam” (NASCIMENTO, 2017, p. 99).

Essas crenças do qual a argumentação agora foi direcionada é entendida como o conhecimento que teve sua origem no ato experienciado. Assim como Peirce, Dewey acredita que o desejo de se chegar as crenças é o combustível para

buscar as experiências e delas obter a reflexão necessária para a vida. Até o cientista que se diz mais distante possível da filosofia, ainda acaba por utilizá-la, quando reflete sobre aquilo que foi angariado da natureza. Assim ele reflete sobre suas crenças e teorias e o que o motivou no agrupamento das ideias. Vale ressaltar, que em Dewey ambas as partes têm certa nobreza e valor.

Portanto, neste tópico foi possível discutir os tipos de experiências aos quais Dewey defende em sua teoria e caracterizar a ação do pensamento frente a experiência primária para que seja desenvolvida uma experiência refinada e reflexiva com o nome de experiência secundária.

No próximo tópico far-se-á a caracterização da ideia de conhecimento no pensamento naturalista de Dewey. Até o momento a pesquisa buscou caracterizar experiência e natureza a partir de tais caracterizações inferir a função da experiência, as suas subdivisões para preparar o terreno ao debate sobre uma epistemologia naturalística.

2.5 Caracterização da Epistemologia Naturalística de Dewey

Dewey apresentou sua teoria unindo a natureza à experiência, visto que, seria impossível para a ideia clássica conceber essa junção, isso por que, a mente (consciência) era entendida como separada do material. Dewey propõe superar a visão filosófica que coloca a experiência e o homem de um lado, e natureza, de outro, e assim, ele faz com que exista uma associação entre as duas dimensões. Diante disso, Dewey (1980, p. 3) argumenta que “para muitos, a associação das duas palavras parecerá algo como falar de um quadrado redondo, tão difundido é a noção da separação entre o homem e experiência de um lado, e a natureza, de outro”. A teoria de Dewey procura com isso, revelar que não é impossível de se conceber essa junção.

Assim, Dewey tenta desmontar essa separação a partir da continuidade das experiências e da ideia de experienciar, mas não um experienciar semelhante ao modelo de Descartes, que parte somente do sujeito, mais sim, um experienciar referente a vida em contato com a natureza. Então, é com as ideias do darwinismo, com a noção de ação e padecimento dos seres, de continuidade e de adaptação dos seres ao meio externo que sua filosofia naturalística surge. Ou seja, não estamos falando de sujeito monádico, preexistente e isolado, mas de uma espécie viva,

linguística, social que somente no tempo e no espaço consegue ir se construindo. Essa é a novidade de Dewey com relação à noção de experiência.

Para Dewey, a natureza compõe todos os seres em uma contínua transformação. É diante dessa ideia que a experiência adentra a natureza “[...] A experiência penetra dentro da natureza, atingindo suas profundezas, e de maneira tal que seu apoderar-se é capaz de expansão” (DEWEY, 1980, p. 4). Fica evidente a pretensão de Dewey ao colocar a importância da experiência para o conhecimento e para uma tese filosófica referente à natureza, ou seja, ele pretende revelar que o conhecimento não é resultante de uma mente ou consciência privilegiada que produz saberes sobre o mundo, mas de uma mente em processo de experienciar que é produzida ao tempo em que também produz conhecimento. Dewey mostra que tanto o homem comum como o pesquisador articulam a experiência e natureza, usam a inteligência como uma ferramenta eficaz para conhecer a realidade; utilizam o método empírico como caminho para chegar às leis e os fatos naturais.

A concepção de conhecimento de Dewey deriva de sua concepção de experiência. Para ele, só se é possível chegar à cognição deixando a natureza ser “experienciada” e dela abstrair experiências necessárias para manter a continuidade. Ele reforça no seu texto “a própria existência da ciência é a evidência de que a experiência é um tipo de ocorrência que penetra a natureza e aí se expande sem limitações” (DEWEY, 1980, p.7).

Essa expansão se configurará em conhecimento, principalmente quando a natureza passar por um processo de investigação, no sentido de que na filosofia clássica a natureza não era investigada de maneira científica, e demonstrar após o refinamento das experiências a realidade que cerca os fenômenos. Com essa expansão os acontecimentos da natureza são apreendidos e transformados em crenças que gerarão outras realidades de inquirição. Com isso, a natureza se constitui de possibilidades de revelação e proporciona, assim por dizer, a visão sem certa obscuridade dos fatos. As experiências que são desenvolvidas apresentam certo progresso na busca por elucidar artefatos pelos quais só o mental não seria capaz de desvendar. A experiência então se torna testemunha do conhecimento.

[...] Aquilo que é experienciado, desde que é uma manifestação da natureza, pode, e na realidade precisa, ser usado como testemunho das características dos acontecimentos naturais. [...] As características dos objetos alcançados via experiência são importantes para o conhecimento. (DEWEY, 1980, 16).

As experiências carregam consigo muito daquilo que se busca conhecer a qualquer tempo, isto é, porque se apresentam com ideia de continuidade. Assim elas se tornam testemunhas da realidade dos acontecimentos. Este conhecimento não se limita a um fechamento, pois Dewey se afasta da ideia de um dogma, uma verdade estabelecida como absoluta e cíclica. Cada experiência dá sentido a novas experiências e assim se obtém um conhecimento contínuo.

Assim para Dewey todas as coisas dentro da natureza são possíveis e perdem seu caráter estático. E nem se limitam a aparência de outras realidades, elas são desveladas apresentando suas próprias realidades. A natureza é configurada para que todos os elementos tenham sua oportunidade de se tornar conhecido e agente de outra situação qualquer.

O que equivale afirmar que a natureza é constituída de maneira tal que todas estas coisas são possíveis; não são reduzidas à mera aparência contrastante com a realidade. [...] Aquilo que se encontra na experiência estende-se muito além daquilo que a qualquer tempo é conhecido. Do ponto de vista do conhecimento, os objetos precisam ser distintos; suas características precisam ser explícitas; o vago e o obscuro representam uma limitação. (DEWEY, 1980, p. 17).

A concepção de *conhecimento* em Dewey não toma como ponto de partida as certezas estabelecidas *a priori*, pois só podemos saber o que são as coisas ao final do processo de inquirição, não tendo sentido perguntar pelo conhecimento e sim pelo termo "*inquiry*", que Dewey herda de Peirce (ARAÚJO, 2008, p. 2). Dewey passa a preferir a utilização do termo *inquirição*, que será utilizado no sentido de *asser-tividade garantida*. O termo foi introduzido a partir da sua obra *Lógica*, de 1938, para substituir *crença* e *conhecimento*. A intenção de Dewey foi afastar-se das imprecisões do termo *crença*, cunhado por James, e adotar uma linguagem mais científica e menos ambígua na defesa de seu naturalismo filosófico (WAAL, 2007, p. 170).

O conhecimento é resultante dessas mediações: Para melhor ilustrar esta posição, podemos dizer de maneira sumária que: a) o conhecimento, em sentido geral, está sempre e em cada caso conectado com uma investigação; há uma continuidade na investigação; b) a conclusão ou o fim da investigação deve distinguir-se dos meios pelo qual se chega à conclusão garantida, entretanto o juízo último é construído através de uma série de juízos, que são parciais e intermediários; c) os meios intermediários da investigação se formulam em

discursos, em proposições, que exigem relevância e eficácia, desse modo, o conteúdo dos juízos tornam-se materiais e fáticos, portanto os conceitos ou estruturas conceituais podem ser compreendidos como ferramentas operativas usadas para se alcançar o conhecimento; e d) as conclusões obtidas por meio deste processo, não determinam que os objetos e situações futuras fiquem isentos de reexame (DEWEY, 1991,170).

2.6 Considerações finais

Por fim, a filosofia naturalista de Dewey corrobora para a sistematização de sua concepção de conhecimento, uma concepção anticartesiana e antifundacionista. Esta sistematização tem na experiência a força necessária para se chegar à natureza e dela abstrair o que for necessário para manter um conhecimento contínuo que se renova a cada experiência nova.

3 CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO DEWEYANO PARA UMA FILOSOFIA DA EXPERIÊNCIA

3.1 Considerações iniciais

Considerando que o pragmatismo deweyano possui uma especificidade em relação à noção de experiência, pois articula a historicidade herdada de Hegel e o naturalismo darwiniano, será desenvolvida neste capítulo uma análise desta abordagem filosófica através da discussão do método instrumentalista proposto por Dewey.

Como já argumentamos no capítulo anterior, Dewey promoveu uma ruptura com as formas tradicionais de conceber as noções de conhecimento e verdade. Com base no naturalismo filosófico e na experiência, Dewey foi responsável pela sistematização de uma concepção epistemológica do conhecimento amparada na ação. Esta concepção segue em grande parte o legado de Peirce. Antes de explorar estes conceitos será desenvolvida uma descrição do surgimento da corrente pragmatista para explicitar o contexto e os problemas filosóficos assumidos por estes intelectuais estadunidenses.

3.2 Pragmatismo: evolução, caracterização e problemas epistemológicos em Dewey

O pragmatismo surgiu nos primeiros anos da década de 1870, quando um grupo de jovens intelectuais em Cambridge - EUA, insatisfeitos com os rumos que a filosofia tomava, ou seja, presa às concepções racionalistas tradicionais, resolveu se encontrar para tratar dos temas filosóficos sob uma inspiração pragmatista. “O grupo incluía, além de seu líder principal, Charles Sanders Peirce, os filósofos: Chauncey Wright, William James, Oliver Wendell Holmes Jr, John Green entre outros [...] o grupo se chamava Clube Metafísico” (WAAL, 2007, p. 17). O nome do grupo é um tanto inovador, pois seu propósito era enfrentar o pensamento relacionado ao agnosticismo e trabalhar a metafísica pelo lado da ciência (NASCIMENTO, 2014, p. 21).

Este grupo se utilizava do termo metafísica de forma irônica, tendo em vista que o ceticismo filosófico seguia soberbo frente à metafísica tradicional e o propósito destes filósofos foi o de apresentar uma filosofia de base científica que pudesse

assentar as disputas filosóficas, considerada por estes pensadores como sendo discussões infrutíferas ou pseudoquestões (PEIRCE, 1958, p.12).

O grupo procurava argumentar a favor de uma abordagem que não reproduzisse as discussões filosóficas intermináveis da tradição racionalista. Neste sentido, os pensadores de Cambridge, membros do Clube Metafísico, consideravam que as querelas filosóficas obtidas pelas infundáveis discussões eram perda de tempo. De acordo com Shook (2002, p.13), “O pragmatismo é, no mínimo, uma filosofia que pretende estar acima dessas discussões intermináveis ao dar conta, de modo satisfatório, do aumento da experiência e do conhecimento humano”.

O pragmatismo é visto como aquela corrente filosófica que liga teoria e prática, que sustenta a defesa das consequências práticas positivas como valor de verdade e que não separa a ação da contemplação. Para o pragmatismo, a verdade deve demonstrar algo prático, sendo assim a ação é a força propulsora do pragmatismo.

Segundo De Waal (2007, p. 18), citando uma clássica frase de James, “para o pragmatista uma coisa é verdadeira quando é vantajoso acreditar nela”. Diante disso, o pragmatismo vai procurar dentro da verdade as consequências práticas e quais ações tal verdade pode apresentar. De acordo com Shook (2002), o pragmatismo além de levar a uma ideia de conhecimento que vise à prática, ele também leva a compreender que o conhecimento tem uma continuidade de níveis elevados e diminutos.

O pragmatismo a partir do seu processo evolucionário carrega consigo a renovação no campo filosófico, destacando a importância da ação frente às especulações de cunho idealistas. Com isso, tal vertente filosófica surge em meio às transformações pelas quais o mundo estava passando naquele contexto americano do final do século XIX, sendo, pois, sua característica, transformar o pensamento especulativo em ação. De acordo com James (1974, p. 10), “o método pragmático tenta interpretar cada noção traçando suas consequências práticas respectivas”. Nesse sentido, o objetivo do filósofo que segue uma posição pragmatista estará relacionado com as consequências que o pensamento poderá apresentar na prática e ação. Segundo Shook (2002, p. 17), “os pragmatistas desenvolveram argumentos poderosos contra todas as formas de idealismos”. Esses argumentos sustentam um tipo de filosofia, ou seja, aquela que busca dar credibilidade à ação e abandona a

noção tradicional de ideia como fundamento principal do conhecimento. Os pragmatistas reiteram que as ideias são como ferramentas prontas para serem operadas.

O pragmatismo surge da organização e fundamentação da experiência para o desenvolvimento do conhecimento. Segundo Nascimento (2017, p. 50), a crítica de James e Peirce ao racionalismo contribuiu para a sistematização do pragmatismo. Esta crítica está amplamente ligada à maneira pela qual a experiência era concebida pelos racionalistas, ou seja, como algo transcendental ou puramente cognitivo. Segundo Shook (2002, p. 18), “o pragmatismo é uma filosofia que pretende dar conta do aumento da experiência e do conhecimento humano”.

O termo pragmatismo surge da palavra grega *prágma*, com o significado de ação, na qual derivou as palavras “prática” e “prático”. O termo foi introduzido na filosofia em 1898, na Universidade de Berkeley, quando William James (1842-1910) se referiu à doutrina que Peirce desenvolvia desde os anos de 1878, publicada no clássico ensaio intitulado *How to Make our Ideas Clear* [Como tornar claras nossas ideias].

O termo pragmatismo também faz uma alusão ao pensamento de Kant em relação ao que é ser pragmático e o que é prático. Segundo Nascimento (2017, p. 50), “o termo pragmático não é uma ideia exclusivamente norte-americana. Sabe-se que este termo foi sugerido a Peirce por seus estudos na filosofia de Kant. Na *metafísica dos costumes* Kant estabelece uma diferença entre pragmático e prático”. O primeiro termo está relacionado com a ação através da experiência e o desenvolvimento da arte, etc. O segundo termo está ligado as leis de caráter moral, que são desenvolvidas *a priori*. O pragmatismo, portanto, procura a eficácia e utilidade daquilo que é pensado e analisado.

Nesse sentido, os estudos de Peirce se encaminhavam para interpretar a universalidade dos conceitos no domínio da experiência, da mesma forma que Kant estabeleceu a lei da razão prática no domínio *a priori*. Pode-se perceber que há uma semelhança entre o pensamento de Peirce e a doutrina kantiana. Peirce neste mesmo ensaio divulgou a sua famosa máxima que posteriormente foi reinterpretada por William James. O pragmatismo se assenta na ideia de que “o sentido de um conceito ou proposição só pode ser explicado pela consideração dos seus efeitos práticos”. O método pragmatista permite clarificar conceitos como “realidade” ou “probabilidade”, permite mostrar como podemos chegar às conclusões verdadeiras

na investigação e como podemos afirmar que não há nada incognoscível que não se possa estabelecer-se aplicando o método das ciências (BARRENA e NUBIOLA, 2014).

O pragmatismo, como Peirce o concebeu, é um método lógico-semiótico de clarificação das ideias, portanto, sua máxima pragmatista foi influenciadora desta tradição, sendo reinterpretada de diversas maneiras. Através desta máxima Peirce, revelou um caminho ou um método para determinar ou fixar o significado de nossos conceitos. A máxima pragmatista consiste em afirmar que para determinar o sentido de uma concepção intelectual devemos “considerar as consequências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade da concepção; e a soma dessas consequências constituirá o sentido total da concepção” (PEIRCE, 1975, p.7).

Peirce procurou mostrar através de sua máxima pragmática um caminho ou um método para determinar ou fixar o significado de nossos conceitos; era uma contribuição a uma teoria do significado. Esse período da filosofia de Peirce pode ser sintetizado através de seus dois memoráveis ensaios, respectivamente, *The fixation of Belief* [A fixação das Crenças] (1877) e, *How to Make Our Ideas Clear* [Como tornar claras nossas ideias] (1878), ambos da série *Illustrations of the Logic of Science* [Ilustrações da Lógica da Ciência]. Neles, Peirce demarca, em linhas gerais, a doutrina do pragmatismo, afirmando que as nossas crenças são, na verdade, regras de ação, pois, para evidenciarmos o nosso pensamento, é preciso conhecer os efeitos práticos positivos dos objetos sobre as condutas humanas.

Sobre o pragmatismo William James escreveu:

O pragmatismo representa uma atitude perfeitamente familiar em filosofia, a atitude empírica, mas a representa, parece-me, tanto em uma forma mais radical quanto em uma forma menos contraditória, em relação a que já tenha assumido alguma vez. O pragmatista volta às costas resolutamente e de uma vez por todas a uma série de hábitos inveterados, caros aos filósofos profissionais. Afasta-se da abstração e da insuficiência, das soluções verbais, das más razões *a priori*, dos princípios firmados, dos sistemas fechados, com pretensões ao absoluto e às origens. (JAMES, 1974, p.12).

James argumentava a favor de uma abordagem filosófica diferente das posições hegemônicas pela tradição. Para ele o filósofo assumiria posição de vanguarda, ou seja, tomaria uma nova atitude, de tal sorte que “virasse as costas” para os velhos hábitos dos filósofos profissionais; o pragmatista deve fugir das abstrações, das filosofias apriorísticas dos sistemas fechados, etc. Este pensamento

consequentemente objetará os dualismos da filosofia tradicional que desenvolveu uma teoria do conhecimento fundada na noção de essência especular ou na superioridade do mental.

James esclarece que tanto no pensamento comum quanto no pensamento científico este critério de justificação do conhecimento, ou seja, as consequências práticas serão requeridas. Assim, a ciência se traduz em valor de verdade aceitável quando se é útil. Contudo, não se pode entender o pragmatismo pensado por James como sendo reducionista às necessidades materiais, mas sim, relacionado ao processo da vida humana em todos os âmbitos.

Segundo James (1974, p. 12), o pragmatismo " volta-se para o concreto e o adequado, para os fatos, a ação e o poder.

Não há um resultado particular, mas somente uma atitude de orientação, que é o que o método pragmático significa. Atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das categorias, das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, consequências, fatos. (JAMES, 1974, p. 13).

O pragmatismo é entendido como o "corredor "que liga as teorias e faz com que todas tenham um respaldo prático. James argumenta revelando que o pragmatismo enquanto método tem uma pretensão armada e militante. James mostra a pluralidade de ideias e argumenta como o pragmatismo se articula com estas, pode-se imaginar um corredor de hotel com inúmeros quartos:

[...] Em um, pode-se encontrar um homem escrevendo um volume ateístico; no próximo alguém de joelhos rezando por fé e força; em terceiro, um químico investigando as propriedades de um corpo. Em um quarto, um sistema de metafísica idealista está sendo cogitado; em um quinto a impossibilidade da metafísica está sendo demonstrada. Todos porém abrem para o corredor, e todos devem passar pelo mesmo se quiserem ter um meio prático de entrar e sair de seus respectivos aposentos. (JAMES, 1974, p. 14).

James reescreve a máxima pragmatista de Peirce e acrescenta a ela a noção de efeitos sensíveis e natureza prática do conhecimento. Assim como Peirce, ele entende que a clareza no pensamento tem seu surgimento a partir do processo de entendimento do que pode ser concebível como prática. Segundo James (1974, p. 10), "para atingir uma clareza perfeita em nossos pensamentos em relação a um objeto, pois, precisamos apenas considerar quais os efeitos concebíveis de natureza prática que o objeto pode envolver".

No pragmatismo é notória a importância dada ao nível sensível e experimental. Na exposição da máxima, James acrescenta que, ao se conceber os efeitos práticos do conhecimento é preciso saber: “que sensação deve-se esperar e, que reações devem-se preparar” (1974, p.18).

O pragmatismo defende que as teorias devem estar unidas à experiência e permite solucionar as confusões conceituais relacionadas ao significado de conceitos e consequências práticas. Dessa maneira, espera-se que hajam resultados na aplicação exitosa do método das ciências às questões filosóficas. As teses pragmatistas, embora tenham muitos aspectos em comum, há também distinções e controvérsias que nos levam a falar não somente em pragmatismo, mas em “pragmatismos”. A esse respeito podemos declarar:

Enquanto Peirce caracterizou o pragmatismo como um método para determinar os significados das proposições e se amparou numa doutrina semiótica do conhecimento, William James se concentrou no significado da verdade, dentro da vertente do pragmatismo metafísico. Trouxe então, elementos humanistas para o pragmatismo e demarcou a noção de verdade, que para ele corresponde ao que é vantajoso ao pensamento ou àquilo que gera uma relação satisfatória com a realidade, de tal forma que a vontade e satisfação estejam vinculadas ao que é útil, ao que é prático. E John Dewey trouxe o pragmatismo para a filosofia social e educacional (NASCIMENTO, 2017, p. 57).

A discussão da verdade proposta pelo pragmatismo de James a partir da noção de efeitos práticos direciona esta filosofia para uma espécie de antropologia que deve conduzir o pensamento por meio de um método eficaz amparado na busca pelo que é útil à vida. A Filosofia pragmatista daria ao homem um senso de orientação. Dewey (2010, p. 65, tradução nossa) ao comentar sobre o pensamento de James diz: “o teste último de que dispomos para saber o que significa uma verdade é, efetivamente a conduta que ela dita ou inspira”. Com efeito, se ela demonstra algo prático e, dita como acontece à ação é porque esteve relacionada com experiências que ditaram posicionamento e conduta útil. Ao comentar sobre o pensamento de Peirce, diz Dewey (2010, p.65, tradução nossa), “prefiro o princípio de Peirce dizendo que o significado efetivo de qualquer proposição filosófica pode sempre se tornar concreta em nossas experiências práticas futuras”.

Vale salientar que tanto Peirce quanto James e Dewey trazem em seu pensamento a capacidade de ação que o pragmatismo proporciona. Dewey escreve que “sempre que James fala na declaração de Peirce, estabelece que, sempre que for empregado o termo “prático” se quer dizer, o distintamente concreto e efetivo, em

oposição ao abstrato, geral e inerte” (DEWEY, 2010, p. 67). Esta declaração de Dewey, considerada atual, encontra-se em seu texto "Evolução do Pragmatismo", escrito em 1925. Neste texto o autor faz referência à ampliação do pragmatismo em Peirce relacionado à universalidade dos conceitos à experiência e em James há uma forte presença da ação.

Neste sentido, o que James utiliza para a compreensão do critério de verdade no método pragmatista está ligado diretamente com as consequências da ação que o pensamento desencadeará na experiência. Segundo Dewey (2010, p. 70, tradução nossa), “James já era empirista antes de ser pragmatista e que ele declarou que o pragmatismo era um empirismo levado às suas legítimas conclusões”. Diante disso, o pragmatismo de James, de forma evolutiva procura afastar-se da ideia de coisas primeiras e lançar-se para os frutos, ou seja, em direção as suas consequências.

O pragmatismo em Dewey é caracterizado por um conceito central que é a experiência, compreendida como *atividade* em todas as suas dimensões. Ao compreender a experiência como vida, esta se associa à natureza a partir de movimentos de ação e padecimento, de conexão, de resolução de problemas. Enquanto que James se direciona para a compreensão do método pragmatista ligado ação e consequência, Dewey vê o método também como uma abertura para a experiência e verificação. Se poderia dizer que Dewey está dando ao pragmatismo uma feição científica, ligando o pragmatismo a verificação e que de certo modo cairia em uma teoria de correspondência. Entretanto, o pensamento de Dewey não se prende e nem cai nesse modelo de compreensão do pragmatismo em relação à verificação. Dewey vai demonstrar que a experiência levada ao nível de maior complexidade atuará no âmbito da ciência, com vistas às explicações e “resolutividade”.

Dewey argumenta que a teoria da correspondência que deve ser adotada é aquela justificada no âmbito da experiência:

Se uma teoria pretende estar em correspondência com a realidade ou com os feitos, tal pretensão não pode ser posta a prova, confirmada ou refutada, a não ser fazendo-a passar ao plano da ação e tomando nota dos resultados que produzir. (DEWEY, 2010, p. 70, tradução nossa).

Para Dewey uma teoria é bem sucedida quando conduzir o investigador aos fatos que ela mesma implica, isto é, “uma teoria corresponde aos fatos quando conduz os fatos que são suas consequências por intermédio da experiência”

(DEWEY, 2010, p. 71, tradução nossa). É com essa consideração que o pragmatismo de Dewey se liga a experiência, e apresenta a condição para demonstrar que o conhecimento é prospectivo em seus resultados a partir da experiência.

Quando Dewey analisa e avalia as teorias científicas ele argumenta que não há categorias como *verdade* e *falsidade* como objeto especulativo, *verdade* e *falsidade* são propriedades unicamente do objeto do que é fim, e da investigação que em virtude dos meios que alcançou as conclusões. A diferença entre conclusões verdadeiras e falsas vem fixada pelo caráter dos procedimentos operativos acerca do dado e das proposições a respeito dos elementos inferenciais (DEWEY, 1980a, p. 14). As teorias, hipóteses e problemas merecem ser devidamente justificados em vista de um fim racionalmente adequado e eficiente. Os valores conceituais e práticos do conhecimento provem da ideia de comunidade de investigadores e da ideia de comunidade social. Seguramente esta ideia que se desenvolve no pragmatismo desde Pierce, sobre o caráter comunitário da atividade científica, tem seus desdobramentos na epistemologia de Dewey.

Sobre o caráter falibilista da ciência e sua historicidade Dewey argumentou.

As verdades se baseiam em certeza moral ou prática, mas sempre estão sujeitas a correções em virtude de suas conseqüências futuras inesperadas ou dos fatos observados que não haviam sido levados em conta. (DEWEY, 2010, 71, tradução nossa).

O pragmatismo foi descrito por Dewey como uma abordagem que se mantém dentro da tradição do empirismo, porém rejeita o indutivismo que se apresenta insuficiente para a explicação e justificação dos fenômenos. Neste sentido o filósofo afirmou:

O pragmatismo, portanto, apresenta a si mesmo como uma aplicação do empirismo histórico, mas com esta diferença fundamental: não insiste nos fenômenos antecedentes, mas nos fenômenos conseqüentes; não nos precedentes da ação, mas nas possibilidades. E esta mudança resulta quase revolucionária em suas conseqüências. (DEWEY, 2010, p. 71, tradução nossa).

Dewey critica o empirista que se empenha somente em analisar fatos do passado sem observar suas conseqüências no futuro. Para tanto, essa crítica está inserida na sua compreensão de pragmatismo cujo empirismo não se reduz à conclusão de fenômenos antecedentes, mas sobre das possibilidades. O empirista

que não possibilita abertura para os fatos conseqüentes acaba por tirar a liberdade de conhecimento.

Com isso Dewey declara a implicação metafísica do pragmatismo. Essa implicação paira sobre o espaço do valor da consequência, fazendo com que o pensador se direcione para o futuro. Para Dewey (2010, p. 72), “esse direcionamento para o futuro em consideração nos conduz a concepção de que há um universo cuja evolução não está acabada, de um universo que está em constante construção”. Este universo estando em construção se direciona para um *vir a ser*, num processo dialético permanente, numa situação de um *continuum*. Dewey reitera o caráter transformador da natureza, onde tudo se renova, tudo se move, numa ato de ação e padecimento. “O universo é, todavia plástico” (Idem, p.72).

Da compreensão de um universo dinâmico e plástico, Dewey extrai sua compreensão sobre o pensamento humano. O pensamento não é resultado de uma mente introspectiva que, por meio da razão sintetizadora teria a capacidade de explicar os fenômenos e, portanto, demonstrar a verdade. Ao contrário desta abordagem, Dewey vê o pensamento dotado de funções, amparado numa razão prática, que se torna guia de ação. Assim, o pensamento dentro do pragmatismo deweyano segue um caminho diferente do proposto pelo racionalismo. O pensamento tem uma função diferente, não sendo, pois, o detentor absoluto do conhecimento. O pensamento tem a função de construtor e o de ser responsável pela criação. Segundo Dewey (idem, p. 72), “a razão, ou pensamento, em seu sentido geral, tem uma função construtiva e criativa”.

Com base na ideia de pensamento como construção e criação, surge um questionamento pertinente em relação ao que Dewey. Como entender a razão como construtiva e criativa? Dewey critica o modo como o racionalismo usa a razão para manter ideias estáticas sobre os objetos, na ânsia de encontrar a ideia, a substância ou a essência dos seres. A razão com a função construtiva possibilita formar ideias e as colocar em ação, sendo, pois, possível produzir conseqüências que o racionalismo e a teoria clássica do conhecimento não conseguiram desenvolver. Segundo Dewey (idem, p. 72), “essa consideração confirma a importância humana e moral do pensamento e de sua ação reflexiva dentro da experiência”. Diante disso, a função da razão de criação e construção deve ser interligada a experiência, a reflexão sem a experiência não apresenta conseqüências práticas.

Por fim, o pragmatismo de Dewey por ter este caráter instrumental, evita um materialismo reducionista, um empirismo vulgar, pois concebe o pensamento e às relações de pensamento como dotados de uma função construtivista. Conforme Dewey este é um legado importante para a epistemologia, considerar a razão em sua atividade prática, tornando-a cada vez mais próxima das consequências, sendo assim, os conceitos confrontados com as observações concretas, com as consequências práticas, com a noção falibilista e autocorretiva do pensamento, serão muito mais capazes e com possibilidade de confirmação do valor criativo da experiência.

3.3 Pragmatismo: uma teoria da verdade prática

A questão filosófica mais pertinente ao pragmatismo deweyano, no contexto dos debates sobre o papel de uma epistemologia pragmatista é a pergunta sobre o que o pragmatismo entende por prático. Nesse sentido, Dewey publicou um ensaio, datado de 1908, com o seguinte título provocador *What Does Pragmatism Mean by Practical?* [O que o Pragmatismo Significa por Prático?]. Dewey argumenta neste texto a favor de uma filosofia da prática. O pragmatismo é a escola filosófica mais desafiadora desta problemática. Para Dewey (2010)², a ideia principal significa que o pragmatismo dar um sentido mais abrangente à prática, não se limita apenas a ação. O autor discute este significado para a defesa de uma teoria da verdade fundada numa razão prática.

Neste ensaio, Dewey destaca três aspectos sobre o pragmatismo que justificam o caráter prático da verdade. No primeiro encontra-se a importância do significado de verdade, no sentido de uma teoria genética do que significa verdade. Verdade significa, está claro, está de acordo, significa haver correspondência entre a ideia e o fato” (DEWEY, 2010, p. 82). Esta concepção se opõe a “teoria da cópia” e revelou que a inteligência não é um espelho que reflete o mundo, mas um instrumento que deve estabelecer relações benéficas e eficazes com o seu meio. Entretanto, Dewey não abandona a teoria da correspondência. Sabe-se que muitos

² Esta obra trata-se de uma edição em língua espanhola e todas as referências a ela serão usadas traduções nossa.

intérpretes de Dewey o consideram um filósofo anticorrespondentista ou antioerentista como Nascimento (2017).

É possível perceber que neste primeiro aspecto poderia haver os seguintes questionamentos: o que Dewey quer dizer com correspondência aplicada ao pragmatismo? Essa correspondência não caíra no pensamento racionalista? O que significa correspondência para Dewey? Diante destes questionamentos Dewey com certeza responderia argumentando que “no racionalismo ‘correspondência’ e ‘está de acordo’ significa uma relação inerte, estática”. Essa relação para Dewey nada acrescenta e nada mais se pode dizer (2010, p. 82). A este respeito Nascimento (2017, p.86) demonstrou como a teoria da correspondência do pragmatismo se distingue das teorias correspondentistas tradicionais:

[...] O autor (Dewey) escreve que diferente do que muitos pensam o seu pragmatismo não abandonou totalmente estas teses. O que ocorre é que as concepções clássicas de verdade trataram a coerência e a correspondência, como mera coerência mental, sem verificação experimental. Sem a verificação experimental não se pode ir além das hipóteses. O pragmatismo deu uma nova interpretação a estas concepções de verdade. Para uma ideia ou uma teoria que pretende estar em correspondência com realidade, se supõe que esta pretensão só poderá ser confirmada se passada ao plano da ação (idem).

No pragmatismo *correspondência* e *está de acordo* significam, segundo Dewey (2010, p. 82), “o poder diretivo ou condutor que tem as ideias, em virtude do qual nos submergimos de novo no particular da experiência”. É com esse poder diretivo e essa submerção (entendida como um mergulhar na experiência), que é possível estabelecer disposição e conexão entre as coisas que são experimentadas e a ideia de tais coisas; só assim poderá dizer se há correspondência do objeto (coisa) com a ideia e se esta ideia está de acordo.

Segundo esta lógica, uma teoria pode ser chamada de verdadeira quando sua relação de correspondência, no sentido restrito e comum, é uma atitude de resposta e uma tentativa de ajuste na qual deve ocorrer um encaixe mútuo entre a situação, as respostas que provocaram e os seus efeitos.

O segundo aspecto diz respeito a maneira como a verdade é conduzida em relação a ideia que se tenta elucidar.

Verdade é a ideia que funciona na hora de conduzirmos o que tentamos dizer. Ou também qualquer ideia que nos transporta feliz desde qualquer parte de nossa experiência a qualquer outra, vinculando entre si coisas satisfatoriamente, operando de modo seguro, simplificando, poupando

trabalho, é verdadeira justamente por isso, verdadeira na medida. (DEWEY, 2010, p. 82, tradução nossa).

Esta concepção presuppõe que a ideia é essencialmente intencional e que atua como plano e método, com um caráter prospectivo, com vista para o futuro, procurando as mudanças e as consequências das coisas existentes. No pensamento deweyano, esta concepção se opõe ao racionalismo e sua teoria da cópia. Isso ocorre porque as ideias no racionalismo são “ineficazes e impotentes desde o momento em que só tratam de refletir, como em um espelho, a realidade que já está completa” (DEWEY, 2010, p. 82). Pode-se dizer que a “verdade” no pragmatismo resulta do trabalho de reflexão enquanto uma resposta indireta ao meio e este componente de “indireção” pode se tornar extenso e extremamente complicado. Do ponto de vista naturalista pode-se dizer que a função da inteligência não é copiar objetos do ambiente, senão formar uma ideia de como podem ser estabelecidas no futuro relações mais eficazes e benéficas com esses objetos.

O terceiro aspecto do pragmatismo diz respeito a alternativa apresentada pelo filósofo que articula o naturalismo e o historicismo (DEWEY, 2010, 82). A ideia naturalista de um universo em expansão e a ideia historicista da produção de conhecimentos contingentes e resultado de relações sociais e políticas, define com mais precisão esta filosofia.

O pragmatismo enquanto filosofia da prática garante que o conhecimento não é de base *a priori* ou puramente racional, mas deriva da base experimental. Assim, o pragmatismo também se aproxima da influência da ciência experimental. Segundo Dewey (2010, p. 83), o método de verificação das consequências e experiências se atrela ao método da ciência e com este método é possível tratar conceitos e teorias. Dewey (2010, p. 83), diz que o “pragmatismo como atitude e método representa o que Peirce tinha denominado, em feliz expressão, de ‘o hábito mental do laboratório’ estendido a todas as áreas onde se pode levar a cabo de modo frutífero uma investigação”.

A relação de continuidade e não separação entre filosofia e ciência define o pragmatismo de Dewey que, a exemplo de Peirce, concebe o método da ciência como o mais adequado para a fixação de nossas crenças. Entretanto, sua concepção de ciência como foi desenvolvida aqui não se coaduna com aquela dos modelos positivistas e objetivistas do conhecimento, ao contrário, trata-se de uma prática social, desenvolvida com padrões de assertividade garantida, produzida a

partir de relações democráticas e padrões de excelência. A principal crítica de Dewey sobre a falta de vinculação prática da filosofia à realidade se dar por imposição do cartesianismo, isto é, posturas mentais e maneiras de experienciar foram tratadas como autossuficientes e completas, como originárias ou como constituindo os únicos dados confiáveis e, portanto, indubitáveis.

Para Dewey (2010, p. 83), o método do pragmatismo não surpreende nenhum pesquisador da ciência experimental, isto porque ambos tem ideias semelhantes sobre os objetos e a natureza. Dewey passa a justificar uma filosofia de base empírica. Entretanto, ele escreve que a ciência moderna quis afastar-se da filosofia sem considerar o caráter pragmático desta. Dewey acredita que não haverá, no futuro, barreiras entre ciência e não-ciência. A aplicação do método empírico no âmbito das questões filosóficas ainda não se realizou. Esse método nos oferece uma história de domínio sobre o mundo, através do apelo a instrumentalidades eficazes em sua aplicação às condições da vida e da ação. Quando essas condições são negligenciadas, ou seja, quando as conexões entre os objetos científicos e os acontecimentos da experiência primária são desprezadas, gera-se o quadro de um mundo de coisas indiferentes aos interesses humanos, porque estão separadas da experiência (NASCIMENTO, 2014).

Dewey critica a dificuldade de articulação entre ciência e filosofia, afirmando que os filósofos transportam para as suas teorias as condições refinadas da ciência, os resultados são empregados não para iluminar objetos antigos da experiência, mas sim para lançar descrédito sobre estes e para originar novos e artificiais problemas relativos à realidade e à validade da experiência não refletida. O que o método empírico requer da filosofia é que ela esteja conectada com a experiência primária e que os métodos refinados retornem à mesma.

Como demonstramos há na tradição filosófica grande barreiras para que se conceba a utilização do método empírico neste domínio. Dewey escreveu que, “muitos não aceitam este método na filosofia por diversas razões, dentre as quais uma considerada poderosa, ou seja, a falta de fé na capacidade, nos elementos e nos processos da experiência” (DEWEY, 2010, p. 83). Outro fator é a falta de unidade teórica e entendimento do pragmatismo como uma filosofia da prática cujas controversias estão no seio do próprio pragmatismo.

James aplicou o método em 1898 a *controversas* filosóficas para indicar o que estas significavam em relação as questões práticas em jogo. Antes, o

próprio Peirce (1878) havia aplicado para estabelecer a maneira adequada de conceber e definir objetos. Aplicou as *ideias* a fim de averiguar o que significam os termos. Também aplicou a *crenças*, ao que as pessoas aceitam e fazem, ao que afirmam. (DEWEY, 2010, p. 84).

Com isso Dewey demonstra que há uma diversidade de temas e discussão filosóficas que gravitam em torno do termo prática.

A explicação em que tenho visto em torno da insatisfação no estado do debate pragmático atual é que, ao compor estes diferentes pontos de vistas em um único quadro total, não se há enfatizado o suficiente e distinto tipo de consequência, e portanto, de significados práticos que resultam de cada um deles. (DEWEY, 2010, p. 84).

Independente da variedade de explicações em torno de uma teoria da verdade pragmatista, Dewey entende que prevalessem nesta doutrina, a ideia que considera como verdade as consequências práticas advindas das experiências, que não há também uma visão absoluta do que seja “consequências práticas”, e a rejeição às filosofias aprioristas.

Desenvolvendo um raciocínio fiel aos postulados pragmatistas Dewey também reescreve a máxima pragmatista de Peirce para justificar sua filosofia instrumentalista. A discussão sobre as noções de distinção e clareza explorada por Peirce para negar o cartesianismo é reapresentada por Dewey nos seguintes termos:

Para alcançarmos a perfeita claridade em nossos pensamentos a respeito de um objeto, necessitamos unicamente considerar que efeitos concebidos de índole prática poderia envolver o objeto: que sensações devemos esperar dele[...] todas as realidades influenciam nossa prática e tal influência é seu significado para nós. Se observará que aqui se parte dos objetos já dados ou apresentados empiricamente, isto é, existencialmente atestado que resulta na sua correta concepção: o que significam esses objetos. (DEWEY, 2010, p. 85).

No pragmatismo o significado consiste nos efeitos que tais objetos podem produzir. O significado dos objetos já dados para Dewey deve contar em sua composição a capacidade de gerar consequências produtivas. E assim, o objeto se torna totalmente distinto do significado. Segundo Dewey (2010, p, 85, tradução nossa), “O significado fica expressamente distinguido dos objetos, não confundindo-se com eles (como no idealismo), afirmando-se que consiste nas reações práticas que estes podem arrancar de nós ou impornos”. Assim, descobre-se o significado das coisas no pragmatismo através de sua reação futura e ação.

Para Shook (2002, p, 19), “Dewey disse que os objetos conhecidos emergem de um contexto mais amplo de experiências que não são objetos de conhecimento, mas que podem ser incluídos na experiência”. Ao comentar o pensamento de Dewey, Shook demonstra que o pragmatismo desenvolve seu método com o surgimento do conhecimento voltado para a experiência que são passíveis de controle, mas que não são, elas mesmas, objetos do conhecimento. Assim, “o pragmatismo é uma filosofia que pretende dar conta do aumento da experiência e do conhecimento humano”. O conhecimento e significado do objeto é muito mais do que as realidades que se pode alcançar através da experiência e da verificação da aplicabilidade.

Pode se ter em mente também partir de uma ideia já dada e questionar o significado dessa ideia. Dewey é firme no posicionamento em dizer que o pragmatismo sempre irá olhar para as conseqüências futuras dessa ideia, e nunca para o que ela é como termo já dado. E há uma diferenciação da ideia já dada quando se parte da própria ideia e quando se parte do objeto. “o que a ideia como tal significa é precisamente que um objeto não está dado. Aqui o modo de proceder pragmático consiste em por a ideia para trabalhar dentro da corrente da experiência” (DEWEY, 2010, p. 85, tradução nossa). Isso se configura de certo ponto como uma solução, ao colocar a ideia para se ligar a experiência, ou ainda uma indicação e possibilidade de modificação do modo em que poderia modificar a realidade existente e dela obter resultados futuros. A ideia não mais presa a razão, e sim livre para trabalhar em acordo com a experiência.

Dewey (2010, p. 85) conclui que “desta forma as teorias se convertem em instrumentos. Não nos encostamos nelas, mas com sua ajuda avançamos e, chegado o caso, adentramos a natureza”. Assim, a ideia para o pragmatista em consonância com a teoria se torna então em instrumento para o desenvolvimento do conhecimento.

3.4 O Papel do Instrumentalismo Pragmatista de Dewey para uma Filosofia da Experiência.

Dewey procurou dar nova interpretação ao pensamento hegeliano a partir de suas próprias referências, ou seja, o espírito prático da cultura americana e o darwinismo. Este foi o primeiro passo em direção à formulação do

“instrumentalismo”, uma variante da teoria que Williams James. Considerando sua interpretação do pensamento humano, Dewey havia escrito que ele é como uma espécie de instrumento que ajuda os seres humanos em seu processo de organização da vida no ambiente.

Este método foi apresentado, com uma diferenciação em relação ao pensamento de Willian James e de Charles Peirce. Dewey usou a denominação ‘instrumentalismo’ para designar o método pragmatista concebido como uma filosofia da ação. O instrumentalismo de Dewey difere da análise mais subjetivista de James e do cientificismo de Peirce, tendo em vista o desenvolvimento de uma filosofia naturalista.

Os filósofos defensores do método instrumentalista consideram o pensamento como um método de enfrentar as dificuldades e em particular aquelas que aparecem quando a experiência imediata, não reflexiva, é interrompida pelo fracasso das reações habituais ou instintivas frente às novas situações. Segundo esta doutrina o pensamento resulta da formulação de um plano e esquemas de ações diretas ou de respostas e ideias expressadas, os objetivos do pensamento são incrementar a experiência e resolver problemas de um modo satisfatório. As ideias e o conhecimento são processos funcionais e só têm importância na medida em que são instrumentos de resolução de problemas.

O instrumentalismo, na acepção de Dewey, visa estabelecer uma teoria lógica e precisa dos conceitos, dos juízos e das inferências em suas diversas formas com o procedimento de considerar como funciona o pensamento enquanto determinado concretamente e que consequências irão advir para o futuro. Por esta premissa, este método visa estabelecer distinções e regras lógicas universalmente reconhecidas, derivando-as das funções reconstrutivas ou mediadoras atribuídas à razão (DEWEY, 2010, p. 73). Então pode dizer que o filósofo que decide adotar uma teoria instrumentalista nos moldes pragmatista, precisa submeter os conceitos elaborados ao controle da experiência, ao processo de verificação. Com isto, se constata que haverá menor prejuízo à teoria, pois, a “verdade” é o significado da verificação.

O instrumentalismo se constituiu uma teoria importante para Dewey, pois este a desenvolveu num esforço contínuo para alterar a lógica da tradição e reconstruir a filosofia. Entretanto, ele sabe que existem hábitos arraigados que nos prendem a uma metafísica espiritualista, de sorte que, alguns evolucionistas como Herbert Spencer ainda tentaram resgatar em seu evolucionismo o conceito de “absoluto

incognoscível”. Dewey explica que buscar ou confirmar esta hipótese se constitui em algo julgado de pouco valor em comparação com as amostras diárias da experiência como energia cognoscível. Neste sentido, uma filosofia que projete hipóteses sobre o modo de educar, de como conduzir a mente, como desenvolver-se subjetivamente e socialmente, que discuta os valores morais e a política, fica ela por si mesma sujeita à prova de como funcionam na prática as ideias que a propõe (DEWEY, 2010, p. 59).

A ideia de Dewey ao tematizar o instrumentalismo em suas diversas conferências no começo do século XX, foi demonstrar que o pensamento estava entrando numa fase em que a pergunta mais pertinente que se devia fazer era sobre as implicações que tem as concepções filosóficas para a vida do homem (DEWEY, 2010, p. 68). Desta forma, o que se pode fazer é adotar um critério para determinar as implicações vitais de crenças que se apresentam como alternativas. A filosofia aponta sua finalidade muito mais para a atividade do que a para sua autoconstrução. A argumentação de Dewey consistia em revelar que as descrições do mundo já estão dadas, são fatos. O trabalho necessário para produzi-la já foi realizado, de modo que a filosofia deve ficar com o trabalho de definir as consequências práticas que se refletem em nossa realidade sob a adoção desta ou daquela descrição.

Dewey orientado pelo instrumentalismo delimita o papel e a função da Filosofia, dando-lhe este caráter instrumental, a despeito de sua pretensão universalizadora. Por esta lógica, o pensamento então se transforma em resultado de planejamento e esquemas das ações diretas da experiência, com o objetivo de incrementar essas experiências e apresentar resoluções de problemas de modo satisfatório. Com base nesta abordagem, uma filosofia da experiência amparada no instrumentalismo necessita colocar todos os conceitos elaborados a prova da verificação. A verdade no instrumentalismo é o significado obtido ao término da investigação.

Dewey estabeleceu uma reformulação da teoria lógica, em seguida ele explicou quais os fatores importantes dentro do processo histórico que antecederam o seu método instrumentalista e o que o motivou a usar a experiência e optar por uma reformulação da lógica. “O primeiro deles é a psicologia, o segundo é uma crítica à teoria do conhecimento e a lógica, surgida da teoria proposta pelo idealismo neokantiano” (DEWEY, 2010, p. 73).

Esses fatores foram importantes para o desenvolvimento do instrumentalismo, tendo em vista que segundo o próprio Dewey (2010, p. 73), a influência neokantiana sofria acusações e críticas nos Estados Unidos durante a última década do século XIX, mas ele mesmo se declarou um neokantiano no início dos seus estudos sobre seu método instrumental. “Eu mesmo e quem colaborou comigo na exposição do instrumentalismo, começamos sendo neokantianos” (DEWEY, 2010, p. 73). Dewey criou uma equipe de investigação em torno do Departamento de filosofia da Universidade de Chicago para se dedicar ao instrumentalismo pragmatista. Este grupo ficou conhecido como a “Escola de Chicago”.

Em relação à parte psicológica, o instrumentalismo sofre influência de uma psicologia de orientação biológica, onde a ideia central foi entender que o cérebro sempre responderá a estímulos causados pelo hábito e pela ação. Dewey destaca ainda que o instrumentalismo estaria próximo da teoria de Watson - um psicólogo behaviorista dedicado à psicologia experimental. Tanto Dewey com o seu instrumentalismo quanto Watson haviam abandonado a introspecção e procuraram desenvolver suas teorias através da observação externa. Com isso há uma transição da compreensão de sujeito introspectivo para um sujeito que sofre experiências do meio externo.

O instrumentalismo deweyano sustenta a função do pensamento como ação; uma ação segundo a qual deve se desenvolver a partir da experiência como conhecimento obtido de modo natural e pela prática social. Segundo Nascimento (2017) o método instrumentalista representa uma mudança de paradigma em relação à filosofia tradicional:

É preciso sair das essências gerais que se ocultam por trás das mudanças particulares para perguntar como estas mudanças particulares favorecem ou frustram os propósitos concretos; sair de uma inteligência apriorística para as inteligências particulares que as coisas estão gerando agora. (NASCIMENTO, 2017, p. 108).

Dewey se declarava herdeiro da dialética hegeliana e seguidor da lógica neo hegeliana. Segundo Richard Bernstein (2010) o conceito deweyano de experiência como uma relação que engloba o espaço e o tempo, envolvendo tanto sua passagem como sua atividade, mostra a influência hegeliana. Na acepção de Dewey, sujeito e objeto são entendidos como distinções funcionais no interior das dinâmicas de desenvolvimento da experiência unificada. Vimos que como Hegel, Dewey é um crítico de todo dualismo e das dicotomias fixas que têm atormentado a

filosofia, incluindo mente e corpo, assim como natureza e experiência. Nesse sentido, Dewey declara que seu método é fruto dessa visão hegeliana.

Em uma dialética que permite a cada tipo inferior e parcial de juízo passar a uma forma mais completa, até que finalmente chegamos ao juízo final total, onde o pensamento abarca todo o objeto e o universo, e constitui um todo orgânico de distinções mentais interrelacionadas (DEWEY, 2010, p.77).

Segundo Dewey (2010, p. 77), “o instrumentalismo, por sua parte, assina ao pensamento uma função positiva, a de reconstituir o estado presente das coisas em lugar de meramente conhecê-las”. No instrumentalismo não se pode ter pensamentos intrínsecos e nem uma hierarquia de juízos, isto porque, cada objeto tem seu próprio fim, sendo, pois sua validade e eficácia e a ação. Diante disso, o instrumentalismo, mais do que conhecer os objetos e o universo procura também reformular e dar possibilidade para que eles se reinventem.

Dewey expõe em seu pensamento que seu instrumentalismo também tem marcas de uma filosofia continental em relação ao indivíduo, isto porque, para ele, há uma herança europeia na cultura, na linguagem e demais meios sociais. Para corroborar com este pensamento, Bernstein (2010) também declara que Dewey da mesma maneira que Hegel esteve preocupado com os conflitos da experiência, a constituição desta lógica instrumental seria o meio de entender como estes conflitos são superados no curso da experiência, e como novos conflitos eclodem. Desta maneira, ele aborda os problemas filosóficos de um modo hegeliano, delineando opostos extremos, mostrando o quê é falso sobre eles, indicando como nós podemos preservar a verdade implícita deles e atravessando esses extremos em direção a uma resolução mais integrada.

Seu pensamento é voltado para a importância do indivíduo quando esse é o responsável pelas criações e ações. O pensamento lógico no instrumentalismo de Dewey se remota diretamente às ações dos indivíduos na natureza e quais as consequências. “O pragmatismo e o experimentalismo instrumental trazem em primeiro plano a importância do indivíduo. Ele é portador do pensamento criativo, o autor da ação e de suas aplicações” (DEWEY, 2010, p.79).

Apesar de entender que sua filosofia carrega marcas do pensamento continental, marcado por influências idealistas, Dewey explica que seu método instrumentalista dar a o homem um direcionamento para um pensamento prático muito mais que um pensamento meramente lógico e epistemológico. Assim, a

mente do indivíduo é o meio pelo qual se desenvolve as modificações referentes às tradições e instituições, sendo, pois, um veículo de criação ligada à experiência.

O interesse de Dewey no instrumentalismo e na reformulação da lógica visa dar um caráter prático ao pensamento e tornar o indivíduo como um ser ativo. Com isso, o seu instrumentalismo parte para vida humana e apresenta questionamentos sobre quais ações o homem utiliza e quais instrumentos, são necessários para se desenvolver. O método lógico de Dewey descreve o conhecimento como livre da inobservação, do transcendente e do intuitivo. Segundo De Waal (2005, p. 155), “a lógica de Dewey, entretanto, era uma lógica experimental”. O método instrumentalista de Dewey traz uma lógica que se ocupa das coisas observáveis, que podem ser verificadas e livres também da dependência de estados subjetivos e de caráter mental. E com isso, o processo de investigação deixa de ser conduzido por uma lógica idealista e racional, sendo caracterizado, nos termos de Dewey, como o método que permite ao homem fazer escolha após a verificação de maneira acertada.

O processo ou o método de chegar às escolhas é fundamental: trata-se do método de investigação da e na experiência. Saber investigar acertadamente pode garantir indicações acertadas para as escolhas, ou seja: pode oferecer informações pelo próprio processo da investigação e que se tornarão, ou não, comprovadas ao serem colocadas em prática, na ação, pelos resultados ou consequências que aí resultarem. (LORIERI, 2000, p. 49).

Ao comentar sobre a maneira de entendimento do pensamento de Dewey sobre a investigação dentro pragmatismo instrumentalista Lorieri (2000), destaca que o conhecimento não pode ser concebido antes da verificação. Isto porque, em Dewey, o mental deve ser evitado como detentor de conhecimento anterior à investigação. Assim, a lógica é descrita:

[...] em virtude de se ocupar com algo objetivamente observável, com referência ao que podem ser ensaiadas e testadas conclusões reflexivas, fica eliminada a dependência de estados e processos subjetivos de caráter mental. (DEWEY, 1980, p. 56).

Para Dewey, o investigador instrumentalista se ocupa com objetos observáveis e procura provar suas considerações a partir de uma verificação justificada e pautada na experiência. Assim, a verificação está presente em todos os espaços da vida humana e dos os objetos da natureza e em todas as áreas,

principalmente nos aspectos próprios dessas áreas com a finalidade de examinar todos os quesitos possíveis sobre o cotidiano.

Por fim, a ênfase que Dewey deu em seu trabalho ao papel da ciência e da lógica e, nesta direção, a objeção que os pragmatistas tiveram em relação ao ceticismo epistemológico, esforçando-se em constituir uma teoria científica do conhecimento, são razões para creditar a esta corrente uma significativa relevância. A vinculação do desenvolvimento científico aos valores morais, ao respeito às liberdades e a luta contra a intolerância e o preconceito, bem como à manutenção de uma sociedade civil economicamente livre e participativa está presente no instrumentalismo de Dewey.

Dewey afirmava que ao invés de pensar uma teoria do conhecimento, é melhor buscar o progresso intelectual e moral como *crescimento*, de tal maneira que esse progresso conduza à democracia social e não à realização de um espírito absoluto. Pode-se perceber a crença que Dewey tem na ciência como possibilidade de progresso intelectual, mas, sobretudo, como crescimento moral, político e estético.

3.5 Influência do darwinismo no pensamento de John Dewey

Adepto do darwinismo e da teoria evolucionista, Dewey apresentou sua teoria unindo natureza à experiência, visto que, seria impossível para a filosofia tanto clássica quanto moderna conceber essa junção, isso por que, a mente (consciência) era entendida como separada do material.

No famoso ensaio *The Influence of Darwinism on Philosophy (1909)*, [A influência do Darwinismo na Filosofia], Dewey expõe seu pensamento em relação aos problemas surgidos após o lançamento da “Origem das espécies” de Darwin. Após a obra de Darwin, a filosofia e a ciência passaram por reviravoltas, a combinação da palavra origem e espécie causada estranheza no âmbito das ideias. E introduzia uma maneira de pensar nova. Segundo Dewey (2010, p. 49):

As concepções que havia reinado por mais de dois mil anos na filosofia da natureza e do conhecimento, até que eles se tornaram o mobiliário habitual da mente, eles descansaram na suposição da superioridade do que é fixo e final, em tomar a mudança e a origem como sinais do defeito e não do real.

Com as transformações que a obra *Origem das Espécies* trouxe para a nossa cultura o filósofo foi obrigado a olhar para a arca sagrada da permanência absoluta de outra perspectiva, dar outro sentido ao tratar das formas que eram tidas como modelos fixos e perfeitos, ou seja, a filosofia se viu na obrigação de modificar sua lógica de pensar, do mesmo modo que as demais ciências e a própria religião foram obrigadas a considerar a dimensão naturalista da nossa espécie e sua articulação com o progresso histórico.

Dewey (2010, p. 51) considerou que tendência antidarwiana do contexto cultural em que a obra foi apresentada deixou “a impressão de que se tratava de uma disputa entre a ciência, de um lado, e a teologia do outro”. Contudo, não era bem assim que ocorria, pois a disputa, olhando o processo histórico, era dentro da própria ciência. Segundo Dewey (2010, p. 51), “o próprio Darwin reconheceu este embate. Os protestos da teologia foram algo que desde o início se prestou pouca atenção, exceto quando afetava os sentimentos de seus familiares”. Esta constatação é salutar para que se entenda o quão revolucionária foi à teoria darwiniana para os embates com a metafísica.

Darwin chegou a ser chamado de louco por seus próprios colegas cientistas, sendo, pois criticado quando obteve êxito ao se defrontar com três cientistas: o geólogo, Charles Lyell (1797-1875), o botânico Joseph Dalton Hooker (1817-1911), e o zoólogo Thomas Henry Huxley (1825-1895). Dewey enfatiza esta realidade afirmando: “as considerações de ordem religiosa infundiram fervor e controvérsias, mas não foi ela que as provocou. No aspecto intelectual, as emoções religiosas não são criativas, são conservadoras” (DEWEY, 2010, p. 51). Assim, com as principais transformações e problemas surgindo, principalmente quando a teoria de Darwin coloca em xeque as demais teorias, a religião ao se ligar mais ao conservadorismo, perdia espaço na disputa e debates. O principal entrave era com as correntes de pensadores e cientistas da época.

As transformações pairam no entendimento do significado de ‘espécie’ e ‘origem’. A palavra espécie era conhecida desde Aristóteles como a palavra *eidos*, posteriormente foi traduzida pelos escolásticos *species*. Antes da obra de Darwin, segundo Dewey (2010, p. 52, tradução nossa), “o conceito de *eidos*, a espécie, forma fixa e causa final, era princípio do conhecimento assim como da natureza”. Assim, o que existia no conhecimento era uma contemplação pura como finalidade, sendo, pois a inteligência ligada à contemplação.

Com isso, antes da *Origem das Espécies*, a experiência, natureza e observação eram condenadas, isto porque não satisfaziam o conhecimento. Assim, a ciência saía em busca de refúgio no campo racional. “A ciência se vê compelida a dirigir-se em direção realidades situadas por baixo e além dos processos naturais, e buscar mediante formas racionais que transcendem os modos cotidianos de percepção e inferência” (DEWEY, 2010, p. 52). Diante disso, pode-se dizer que a *Origem das Espécies* causou grandes modificações na maneira de entender a natureza.

Apesar de Darwin fazer uma renovação não foi o primeiro o pensamento clássico sobre a natureza e o conhecimento. Como se sabe, a revolução e a crítica a esse modelo, surge com os modernos entre os séculos XVI e XVII dentro da física. Segundo Dewey (2010, p. 53), “a lógica da origem das espécies de Darwin constitui o último marco científico”. Darwin teria encontrado nos métodos de Copérnico, Kepler e Galileu, a física e a química, os caminhos evolucionários. Antes de Darwin o impacto de novos métodos sobre a vida, a mente e a política, não estavam relacionados em hipótese alguma com o meio natural. De acordo com Dewey (2010, p. 54), “o mundo inorgânico era interposto ao reino de plantas e animais”. Com isso, tudo estava fechado para novas ideias. “A influência de Darwin para filosofia radica em haver conquistado para o princípio de transição os fenômenos dos seres vivos, permitindo assim que a nova lógica se aplique a mente, a nova moral e a vida” (DEWEY, 2010, p. 54). Decerto que com a *Origem das Espécies*, Darwin libertou de uma vez por todas as teorias e pensamentos sobre a genética e experimentos para fazer perguntas e obter respostas através da verificação.

A noção clássica de espécie carregava consigo o pensamento de um propósito. Em todos os meios e formas de viventes há um tipo específico que dirige os estados antecedentes de crescimento à realização de sua própria forma e perfeição. Este era entendido como princípio e regulava as coisas para um meio com um fim que não era percebido pela experiência, mas estavam ligados a uma força ideal e racional. (DEWEY, 2010, p. 54).

A ciência se via sempre refém da razão e não conseguia se libertar antes de Darwin. Nosso autor comenta que:

A obediência a um propósito explicava a inteligibilidade da natureza e a possibilidade da ciência, o caráter cósmico e absoluto relacionado à obediência sancionava e dava valor aos empenhos morais e religiosos do homem. A ciência respaldada e a moral investida de autoridade por um

mesmo princípio, ao mesmo tempo, com um mútuo acordo se garantia para sempre. (DEWEY, 2010, p. 55).

Esta filosofia da obediência se manteve como oficial e reinante na europa durante mais de dois mil anos ditando as regras sobre a natureza e o conhecimento. Com o posicionamento de Darwin ela dar espaço a uma nova compreensão de natureza e conseqüentemente de conhecimento. Com Darwin há uma expulsão das causas primeiras e fixas na astronomia e física e química, e sacudiu certas doutrinas. Segundo Dewey (2010, p. 55), “o princípio do darwinismo da seleção natural adentrou justo abaixo dessa filosofia. Todas as adaptações orgânicas se dão às variações constantes”. Com isso, há uma libertação da natureza e uma renovação da filosofia frente a uma teoria do conhecimento natural. Não há mais uma força causal como inteligência previa, que domine todo o processo do conhecimento e torne a natureza fechada, não há mais uma razão que dita às conexões lógicas e que aprisiona o conhecimento através da experiência.

A compreensão agora é que todas as coisas estão em uma constante transformação e adaptação ao meio que se desenvolvem e desse meio sofrem variações e renovações. A filosofia passou de uma origem absoluta para explorar valores específicos. Com isso, “a filosofia renuncia a inquirir por origens absolutas e pelas finalidades absolutas para adentrar a valores específicos” (DEWEY, 2010, p. 56).

O darwinismo é uma fonte de pesquisa fundamental ao pragmatismo. Temas como transformação, modificação e adaptação de organismos, enfim, uma filosofia de base natural e não apriorista encontra terreno seguro no pragmatismo. Dewey desenvolveu este ensaio com um objetivo bem específico: discutir que questões a filosofia assumiria num contexto em que a metafísica transcendental foi escamoteada.

Nesse sentido, Dewey procurou demonstrar que uma vez admitido que o único objeto de conhecimento verificável e proveitoso é a serie de mudanças que se desenvolvem nele, bem como suas conseqüências, não deve haver nada de inteligível que se possa perguntar sobre o que supostamente ficaria mais além, ou seja, se existiriam as realidades transcendentais (DEWEY, 2010).

Contrariando a metafísica, Dewey imagina que uma suposta realidade só será justificada quando suas causas e efeitos particulares estiverem juntos e que estas condições estão abaixo de uma causa primeira inclusiva e de uma meta final

exaustiva, como fazia a filosofia tradicional. Assim, a filosofia precisa abdicar de investigar a origem em termos abstratos e as causas finais para dedicar-se ao estudo específico dos valores e as condições que a geraram.

A filosofia deve, portanto, discutir as implicações da teoria evolucionista como uma lógica que passa a introduzir responsabilidade dentro da vida intelectual. Por isso, idealizar ou racionalizar o universo em grande escala equivale ao final de contas a uma confissão da incapacidade para governar o curso das coisas que nos cercam de maneira concreta. Dewey escreveu o que nós temos é a possibilidade de penetrar nas condições específicas dos valores e nas consequências específicas das ideias. Desta maneira, a filosofia deveria converter-se com o tempo em um método para identificar e interpretar os conflitos mais sérios que tem lugar na vida diária e um método que possa projetar maneiras de enfrentar estes problemas, um método de diagnóstico e prognóstico moral e político (DEWEY, 2010).

4 APROXIMAÇÕES ENTRE O NATURALISMO EPISTEMOLÓGICO DE DEWEY E O NATURALISMO NA ATUALIDADE

4.1 Considerações iniciais

A epistemologia naturalizada abdicou da prerrogativa de justificação do conhecimento para reconhecer que este é resultado dos fenômenos naturais, cujo modelo pode ser descrito pela ciência e, sobretudo pela psicologia. Tendo em vista tal ponto, é possível identificar aproximações entre o naturalismo epistemológico de autores como Quine, por exemplo, e o pensamento de Dewey. Na obra *Reconstruction in Philosophy* [Reconstrução em Filosofia] (1920) e *Experience and Nature* (1925), Dewey deixa claro a pretensão do homem ao utilizar os recursos que o natural proporciona para se chegar ao conhecimento com renovação constante. É na experiência que nasce o domínio do homem sobre a natureza e o poder de conhecê-la.

4.2 Naturalismo epistemológico: a discussão do conceito

A epistemologia naturalizada busca fundamentação a partir da própria natureza, é com a experiência sensorial que o conhecimento naturalizado tem seu foco e ponto de apoio. Apesar de a epistemologia naturalizada usar a natureza como objeto para se chegar ao conhecimento, esta forma de adentrar a natureza levou um bom tempo para avançar frente a uma epistemologia tradicional racional e abstrata.

Em *Reconstruction in philosophy (1920)* [Reconstrução em Filosofia], Dewey explica que o mundo pelo qual aqueles que se diziam cientistas viviam ainda não representava um espaço em que fosse possível desenvolver um conhecimento a partir do contato com a natureza. Este mundo era limitado e fechado, sem espaço para a experiência sensorial ou qualquer outra que se parecesse com ela.

Dewey trabalha em seu pensamento uma interpretação naturalista do conhecimento, descrevendo a importância do saber científico. Porém, ele reconhece que esse tipo de filosofia não surgiu em sua maneira de pensar; e sim dentro de um processo histórico que busca contrapor-se a um modelo de conhecimento desenvolvido dentro do espaço racional.

Com os pensadores antigos, na passagem do mito para o conhecimento do cosmo, a natureza toma espaço para se chegar ao conhecimento, onde os deuses gregos e as crenças não eram mais a fonte de conhecimento a ser utilizados. Esse momento ficou conhecido pela força e empenho que os *filósofos da physis* (filósofos da natureza), usaram para nortear um novo modelo de compreensão da realidade, sendo, pois, o interesse principal, a origem das coisas, e uma nova forma de entender o cosmo. Esses pensadores se interessavam pelos processos desenvolvidos através do ambiente natural. Com isso, a natureza era a fonte de conhecimento.

Posteriormente, seguindo o processo histórico, Aristóteles (1987) também fundamenta a maneira de conhecer através da experiência, sendo contrário ao modelo platônico de conhecimento. E com isso, possibilitou uma busca de renovação desse modelo no pensamento de Francis Bacon com a obra "*Novo Organum*". Seguindo um modelo de conhecimento natural, tem-se também o pensamento de David Hume com a obra *Investigações sobre entendimento humano* (1751), onde ele descreve que o conhecimento não surge de ideias inatas, mas da experiência. John Locke com a obra *Ensaio a cerca do entendimento humano* (1690), é considerado um dos idealizadores do empirismo e defende que todo o conhecimento parte da experiência e não da dedução.

Com Bacon, parecia haver um grande avanço frente às realidades da epistemologia naturalizada, tendo vista que este filósofo fez duras críticas à maneira como Aristóteles concebia seu entendimento. Isso porque, Aristóteles usava uma maneira persuasível, fazendo com que a mente tivesse mais espaço que a própria natureza do qual ele dizia ser o fundamento do conhecimento. De acordo com Dewey (2011, p. 53). "Bacon acusou o próprio método aristotélico, que, em seu rigor, visava à demonstração e a persuasão. Mas tanto uma como a outra objetivavam a conquista da mente, mais do que a conquista da natureza".

Diante disso, mesmo com a natureza sendo uma fonte de conhecimento, a experiência carecia de movimentação científica e observável. Apesar de utilizar a natureza, a razão era a detentora da movimentação do conhecimento. Com isso, Dewey (2011), explana que a filosofia se utilizou da natureza para se chegar ao conhecimento de forma lenta, pois, mesmo os Pré-socráticos, Aristóteles e Bacon, Hume e Locke na modernidade, apresentaram suas críticas à forma racional de conceber o conhecimento, mas não se empenharam em usar o método

experimental-observável, ficando dessa maneira apenas próximo de caírem em um nominalismo³.

Tendo em vista a maneira pela qual os empiristas modernos conduziram o naturalismo, Dewey argumentou:

O pensamento moderno, ao romper com o pensamento antigo e medieval, continuou a linha da velha tradição referente à razão que cria e constitui o mundo, combinando-a com a noção de que essa Razão opera mediante a mente humana, individual ou coletiva. Esta é a noção comum do idealismo, emitida por todas as filosofias dos séculos XVII e XVIII, filiadas na escola britânica de Locke, Berkeley e Hume. (DEWEY, 2011, p. 65).

Os filósofos modernos se encontraram diante de uma tarefa em relação ao conhecimento e naturalismo, buscando de um lado, mesmo usando a natureza, não se prenderem a um materialismo que prendia o homem a existência das coisas físicas e o espírito material; isto ocorria segundo Dewey (2011, p. 65), “no momento preciso em que, no mundo prático, homem e o espírito estavam começando adquirir real governo sobre a natureza”. Por outro lado, estes filósofos e o desenvolvimento do naturalismo enfrentaram concepções que se utilizavam da razão como inteligência que dominava de forma fixa e compreensiva as realidades. Mas segundo Dewey (2011, p.65), a ação de uma inteligência racional fixa era “incompatível com as concepções que vinham ganhando curso e cujo interesse básico girava em torno das deficiências do mundo e dos esforços enviados com o fim de remediá-las”.

Outro ponto enfrentado pelo desenvolvimento do naturalismo com os modernos foi o de quebrar a razão que se desenvolvia da forma autoritária. Porém, Dewey apresenta uma crítica também aos empiristas, isto porque os mesmos não conseguiram encontrar soluções plausíveis para o problema do conhecimento. Isto porque, segundo Dewey (2011), embora os empiristas rejeitando uma epistemologia de cunho racionalista, cada um deles cuidou de orientar a epistemologia a sua maneira de pensar em relação à percepção e parte sensível, deixando então de buscar uma ligação com suas percepções frente a investigação do método científico.

³ O nominalismo é a doutrina que não admite a existência do universal (conceito abstrato), nem no mundo material, nem no mundo inteligível. Surgiu na sua forma mais radical no século XI por intermédio de Roscelino de Compiègne. Segundo Leibniz, são nominalistas todos os que acreditam que, além das substâncias singulares, só existem os nomes puros e, portanto, eliminam a realidade das coisas abstratas e universais.

Essas teorias, mesmo se aproximando do naturalismo, estavam diante de teses relacionadas à mente e ao surgimento das sensações. Assim, apesar do direcionamento dos empiristas modernos em relação à experiência e ao desenvolvimento de uma epistemologia natural, pode-se notar que eles tiveram que fugir da ação de cair em um nominalismo.

[...] Apesar de sua ênfase no papel das sensações como fundamentais ao conhecimento, concebem a vida mental de forma extremamente precária, cabendo à mesma crítica efetuada por Peirce, acerca da incapacidade dessa tendência de encontrar uma solução plausível para a unidade das sensações, sem recair no nominalismo. (SANTOS, 2007, p. 66).

Assim, o desenvolvimento histórico da epistemologia de cunho da naturalista enfrentou e enfrenta várias críticas por se utilizar da natureza como fonte de conhecimento. A natureza proporciona toda a base e modificação das realidades, fazendo com que, não só as nossas sensações, mais também todos os corpos contribuem com as experiências e continuação delas.

Para a epistemologia naturalizada, todas as coisas que existem advêm da natureza e dela tira sua motivação para tornar possível o conhecimento. Diante disso, o meio pelo qual o conhecimento se torna possível está sobre o método científico. Segundo Nascimento (2017, p. 23), “o naturalismo pode ser entendido como uma doutrina e um sistema de crenças que sustenta que nada existe além da natureza, de suas forças e de suas causas, e estas devem ser estudadas no método científico”. Com isso, o naturalismo se contrapõe a teorias desenvolvidas de cunho sobrenatural, destacando a existência da natureza e suas forças como sendo responsáveis pela movimentação das coisas no mundo.

O naturalismo dessa maneira demonstra que não é possível conceber algo que esteja fora da natureza. Dewey, apesar de defender o naturalismo, acredita não ser necessário fechar o mundo para as realidades sobrenaturais, até porque pode-se investigar estes acontecimentos seguindo um modelo científico. Segundo Nascimento (2017, p. 23), Dewey “não necessariamente diz que os fenômenos sobrenaturais não existem ou são necessariamente forjados, mas defende que todos os fenômenos no universo, que podem, de alguma forma, ser percebidos, estudados pelo homem, são passíveis de serem estudados pelos mesmos métodos atrelados aos estudos dos fenômenos naturais”. O naturalismo traz consigo renovações

importantes para a teoria do conhecimento. Uma das renovações que Dewey (1980) apresenta é que não se deve separar a filosofia da ciência.

4.3 Principais Teses naturalistas: reflexões sobre o naturalismo de Dewey

O naturalismo apresenta várias teses, sendo que todas se direcionam para a experiência e natureza. Dentro do processo histórico filosófico ele parte dos Pré-socráticos, Aristóteles, as escolas pós-aristotélicas, epicurismo e estóicos (NASCIMENTO, 2017). Depois de longo período medieval, o naturalismo surge de novo na cena filosófica com o renascimento.

O renascimento é uma dessas teses que procurou se distanciar de um modelo racional e teológico do conhecimento, fazendo acontecer um retorno à filosofia da *physis* e a maneira de entender as realidades. Nessa vertente, o homem, como ser natural era livre para conhecer e transformar a realidade da vida. Segundo Almeida (2017, p. 896), “Revivescimento das ciências”, a natureza se fortifica e dar possibilidades para que a filosofia possa adentrar ao seu conhecimento e a ciência começa a se fortalecer no âmbito investigativo.

Nesse período surgiu também um humanismo, onde a religião perdia espaço para a liberdade do homem em conhecer as coisas e não se prender a uma tutela do clero com leis divinas. Segundo Nascimento (2017, p. 24), “o renascimento é também uma clara demonstração da derivação da *physis*”. Nesse movimento é revista uma maneira de explicação para os acontecimentos de forma científica, com destaque para a valorização e compreensão das coisas naturais. Com isso, o destaque da tese naturalista renascentista é a valorização do ser humano e da natureza pelo método da ciência.

Posteriormente tem-se um naturalismo com os filósofos modernos com o método empírico a partir do século XVII. De acordo com Nascimento (2017, p.24),

A ideia de uma epistemologia naturalizada que combina a teoria do conhecimento, ciência e naturalismo, têm alguns autores que podem ser apontados como percussores desta reflexão: Francis Bacon, David Hume, Peirce, Dewey, Carnap e, mais recentemente, Willard Van Quine.

Estes pensadores trouxeram para epistemologia uma maneira de se desprender de um racionalismo que prendia a natureza e não a deixava ser

experimentada através da investigação. Eles contribuíram também para que a filosofia não ficasse presa a ciência, mas que ela contribuísse através da teoria do conhecimento com as investigações acerca da natureza.

Dewey (2011, p. 53) ao comentar sobre a importância de Bacon, mesmo que ainda não fosse realmente ciência investigativa, propôs uma renovação do método aristotélico de compreensão do natural. Isto porque, Aristóteles ao descrever sua tese sobre o natural coloque que só era possível aprender aquilo que já era conhecido. E que o conhecimento tinha a missão de reunir duas verdades já pré-observadas, a universal ligada à parte racional e experiência ligada aos sentidos. A tese naturalista de Bacon não aceitava o posicionamento aristotélico frente às coisas naturais e se opôs demonstrando um direcionamento para a existência e possibilidade de fatos novos. Assim, Bacon traz a tona e proclama com superioridade a descoberta de coisas novas na natureza.

Diante da tese naturalista de Bacon, Dewey (2011, p. 53), expõe que estes fatos e descobertas novas são possíveis através da investigação científica. Somente adentrando aos segredos na natureza se é possível chegar a fatos novos. “As leis e os princípios científicos não se encontram à superfície do que é natural, mas estão ocultos e precisam ser extraídos da natureza por meio de técnica complexa de pesquisa” (DEWEY, 2011, p. 53). É com a pesquisa elaborada que se pode conhecer a natureza e o que ela representa. Assim, a crítica de Dewey é que nenhum raciocínio lógico sem investigação científica, observações passivas sem adentrar aquilo que a natureza desvela seguindo um modelo que os antigos chamavam de experiência, será o bastante para abarcar toda a natureza.

A experimentação ativa precisa forçar os fatos visíveis da natureza a que assumam formas diferentes daquelas em que habitualmente se apresentam, e assim, coagi-los a dizer a verdade sobre si própria, da mesma forma que a tortura força uma testemunha obstinada a revelar o que está ocultando. (DEWEY, 2011, p. 54).

Esta posição de Dewey em relação à investigação é também uma crítica à lógica do pensamento de Aristóteles que, mesmo se dizendo natural, apresentava um naturalismo inerte, conduzindo o conhecimento a se ligar a uma verdade já conhecida, fazendo com que os pensadores depositassem sua confiança nas conquistas passadas sem um posicionamento de investigação crítica e científica.

Outra tese naturalista importante para a epistemologia é a apresentada por David Hume (1711-1776) quando este em meio às discussões sobre a justificação do conhecimento e o debate com os céticos, se coloca diante de uma escolha epistemológica; de um lado o conhecimento desenvolvido puramente através da razão era o caminho para uma verdadeira justificação epistemológica, do outro lado a experiência detinha as prerrogativas desse caminho.

Embora o pensamento pareça possuir essa liberdade ilimitada, um exame mais cuidadoso nos mostrará que ele está, na verdade, confinado a limites bastante estreitos, e que todo esse poder criador da mente consiste meramente na capacidade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que os sentidos e a experiência nos fornecem. Quando pensamos em uma montanha de ouro, estamos apenas juntando duas idéias consistentes, *ouro* e *montanha*, com as quais estávamos anteriormente familiarizados. Podemos conceber um cavalo virtuoso, pois podemos conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos uni-la à forma e figura de um cavalo, animal nos é familiar. Em suma, todos os materiais do pensamento são derivados da sensação externa ou interna, e à mente e à vontade compete apenas misturar e compor esses materiais. (HUME, 2003, p. 35).

Assim, Hume com sua tese relacionada ao naturalismo coloca que todas as ideias que o ser humano tem parte de cópias ou das impressões do mundo sensível, tendo em vista que tais cópias ou impressões está relacionadas à vivência das pessoas.

Segundo Pettersen (2014, p. 28), Hume opta pelo caminho da experiência, e daí trabalha sua tese filosófica em relação à epistemologia e ao naturalismo. A justificativa para Hume então se tornou a experiência e tudo aquilo que se pode obter do mundo sensível. “Ele acreditava que o problema de justificação do conhecimento só podia ser resolvido através do empirismo, porque para ele o único contato que temos com o mundo é através dos nossos sentidos” (PETTERSEN, 2014, p. 29). Com isso, só se pode chegar ao conhecimento através da investigação, sendo, pois, responsável pela justificação das crenças a experiência sensível.

O naturalismo apresenta várias outras teses que dão possibilidades de pensamento em relação à epistemologia naturalizada. Dewey (1980) chama atenção em seu pensamento para um humanismo naturalista ou empirismo naturalismo. Ele não aceita a materialização e mecanização em relação à epistemologia naturalizada. Segundo Nascimento (2017, p. 25), Dewey não está interessado em uma

materialização das coisas da natureza, mas em experiências vividas e pela continuidade dessas experiências. O conhecimento científico filosófico desta maneira é responsável para efetuar predições úteis para o contexto da vida.

Apesar do naturalismo de Dewey defender o método científico, ele não está ligado à ciência positiva, cuja explicação se dar apenas pelo materialismo da natureza. Dewey defendeu que a ciência deve progredir, e que essa progressão causou grandes transformações na maneira de pensar e conceber o mundo. Para ele, a filosofia passou a responder aos anseios e dificuldades da vida a partir do mundo que utilizou de mecanismo experimental, fazendo com as respostas aos anseios fossem conscientes, articuladas e comunicáveis. Essas transformações aconteceram a partir da vida social das pessoas, onde os homens passaram a observar uma vivência prática com a natureza. Assim, em sua compreensão de naturalismo, a vida dentro de um processo social não deixa de contribuir para o progresso da ciência, fazendo com que esse progresso contribua cada vez mais para uma base intelectual precisa e investigativa.

O progresso da ciência, em suas mais vastas generalizações e em suas específicas minúcias, constitui, precisamente, o equipamento intelectual de ideias e fatos concretos, indispensável para se formular, precipitar, comunicar e propagar a nova mentalidade. A proposta atual é tratar exatamente dessas concepções opostas sobre a estrutura e a constituição da Natureza, as quais, quando aceitas como autoridade da ciência (suposta ou real), formam o paradigma intelectual da filosofia. (DEWEY, 2011, p. 69).

Com isso, a ciência progride e dela surge o desenvolvimento intelectual em conexão com a filosofia, tornando mais acessível uma compreensão do novo paradigma em que a natureza não é mais fechada e nem limitada com formas fixas. O naturalismo de Dewey vê na ciência uma quebra de paradigma em decorrência da concepção que os antigos tinham de ciência, um mundo fechado para as transformações naturais, que às vezes interpretava essas transformações como fenômenos espirituais, e acabavam por pecar na compreensão de fenômenos naturais.

Diante dessa quebra de paradigma, Dewey (2011, p. 70), apresenta maneiras opostas de entender a ciência moderna e antiga, salientando a maneira pela qual a ciência moderna se desenvolveu e como seu naturalismo consegue revelar uma postura frente a essas teorias. O primeiro ponto de destaque está na filosofia antiga,

quando os pensadores estavam diante de uma metafísica soberba que possibilitou aos intelectuais da época confirmações intelectual do conhecimento. Este mundo segundo Dewey (2011, p. 70), “era fechado; consistia internamente, num limitado número de formas fixas e, externamente, possuía fronteiras bem definidas”. Este mundo prendia a natureza e fixava os acontecimentos, as mudanças quase não aconteciam e quando aconteciam, eram limitadas e inertes.

O naturalismo de Dewey não aceita uma posição que prende a natureza e a torna inerte frente às realidades e transformações das coisas. De acordo com Dewey (1980), com a experiência a filosofia ganha um valor liberal humano. Ele faz uma denúncia quanto à realidade do pensamento tido como não experimental ou não naturalista. Este pensamento lançava uma nuvem diante das realidades naturais do dia-a-dia.

Em relação ao mundo da ciência moderna, Dewey (2011), argumentava que este era aberto as realidades naturais, de tal forma que apresentava variações constantes, um mundo que não se limitava a fronteiras racionais. Com possibilidades para a liberdade natural. Este mundo representa para Dewey um espaço de desenvolvimento do naturalismo, mesmo que ainda se apresentasse com certas necessidades experimentais. O naturalismo de Dewey vê no mundo moderno transformações e aceitação da existência de várias espécies, onde é notável a liberdade com a ciência começou a se desenvolver.

Em *How We Think* (1933) [Como Pensamos], Dewey também apresenta sua posição naturalista e ao apresentar seu argumento faz uma distinção entre conhecimento e pensamento empírico (sem comum) e conhecimento e pensamento científico. O pensamento empírico está relacionado à maneira coletiva de conceber um fato, onde as determinações desse fato apresenta certa experiência e até contato com a natureza, mas não oferece uma investigação sistemática dos fatos. O pensamento científico não se contenta com fatos coletivos, mas parte de uma investigação e observação da natureza de forma sistemática. Diante disso, será apresentado agora de acordo com os argumentos de Dewey uma distinção e como a natureza é interpretada nos modelos de conhecimento.

De acordo com Dewey (1998, p. 89), estamos imersos dentro de fatos empíricos, sendo que estes fatos partem de uma observação da natureza de forma coletiva e ordinária. Estes fatos de tanto serem usados pelo senso comum acaba sendo investigado pelo conhecimento científico. Com isso, o método científico serve

de regulador, onde os fatos regulados são acontecimentos passados. Dewey dar um exemplo do trovão e do raio para explicar que no conhecimento empírico, a coletividade pode criar crenças falsas. E assim, acaba usando uma falácia comum a *post hoc, ergo propter hoc*. Essa falácia usada na demonstração de coisas que se apresentam de forma interligadas. Diante disso, sempre que ocorrer o relâmpago, ocorrerá o trovão. Segundo Dewey (1998, p. 89), “Quando a conjunção é repetida com freqüência, a tendência a esperar torna-se crença positiva de que as coisas estão relacionadas de tal forma que você pode argumentar sem perigo que quando ocorre, é seguro, ou quase certo, que o outro também ocorra”.

Outro fato bastante conhecido por todos é a relação que muitas pessoas têm com a natureza quando se trata de chuva. Um observador *A* olha para o céu e diz que provavelmente choverá amanhã, outro observador *B* pergunta qual o motivo para que se pense assim diante apenas de um olhar para o céu. *A* responde que seu argumento é fundamentado ao observar que o céu está nublado para o Oeste. E quando *B* replica sobre qual a conexão com os fatos, *A* responde que não sabe, mas que tem observado que quando está nublado geralmente chove. Pode se dizer que o observador *A* não tenha conhecimento científico, mas diante de várias observações no dia-a-dia pode dar uma resposta a fatos que talvez não tenham conexão e pode apresentar uma crença falsa se a chuva não aparecer. (DEWEY, 2011).

Estes argumentos do conhecimento empírico fazem parte da compreensão da natureza sem a investigação científica e sem uma particularização dos fatos. Os fatos são apresentados de forma geral e mostra que sempre que ocorrer *A*, e depois ocorrer *B*, o *A* será sempre o motivo para a existência de *B*. Diante disso surgem os seguintes questionamentos: Qual o motivo dessa compreensão acontecer? Se ela ocorre, possui alguma importância? Isso acontece segundo Dewey (2011, p. 89), “a partir da recorrência frequente da conjunção de dois eventos, ele os associou de tal maneira que, quando você vê um, pensa no outro”. Acontece uma associação de eventos, onde um acontece em decorrência do outro.

Dewey não abandona essa interpretação natural, mas coloca que a investigação científica é mais precisa em relação aos acontecimentos. A interpretação de fatos de maneira empírica acontecia pela necessidade de uma ciência avançada, os caçadores e pescadores sem ferramentas que os possibilitasse conhecimento preciso dos fatos acabavam utilizando a experiência do dia-a-dia,

fazendo com suas crenças fossem fortificadas a partir da repetição de fatos. (DEWEY, 2011).

Em relação ao segundo questionamento, Dewey (2011) argumenta que o conhecimento empírico tem sua importância, pois foi responsável para a orientação de navegadores, agricultores, pescadores etc. Dewey critica e ao mesmo tempo não joga fora o conhecimento empírico, pois em sua argumentação, ser naturalista, é entender que tudo que está presente na natureza contribui de alguma maneira para a continuação da vida e das experiências. Para ele, o que se tem de conhecimento social e psicológico parte em certo ponto das realidades naturais obtidas através do conhecimento empírico.

A maioria das nossas crenças sobre a natureza humana, indivíduos (psicologia) e as massas (sociologia) ainda são de natureza amplamente empírica. Mesmo a ciência da geometria, que hoje é frequentemente reconhecida como uma ciência tipicamente racional, começou, entre os egípcios, como um acúmulo de observações registradas sobre métodos de medição áreas de superfície aproximadas, e só gradualmente adotou, entre os gregos, a forma científica. (DEWEY, 2011, p.89).

Dessa maneira, mesmo sendo um naturalista científico, Dewey apresentou um naturalismo que foge do modelo radical positivista, pois ele acredita na utilização de diferentes formas de conhecimento da natureza. Ele aponta falhas no meio empírico, mas reconhece que foi a partir dessas observações que uma epistemologia naturalizada mais técnica e científica surgiu. De acordo com Nascimento (2017, p. 25), “o naturalismo de Dewey não pertence à tradição positivista cuja explicação da realidade se dá unicamente pela ciência”. Assim, o motivo pelo qual se pode levantar esse argumento é que Dewey em seu naturalismo está ligado às concepções que envolvam a parte social.

Diante disso é possível perceber no naturalismo de Dewey uma tentativa de aproximação das correntes naturalistas. Ao mesmo tempo em que ele aceita o conhecimento empírico, por acreditar que este contribuiu com o meio social, também levanta três inconvenientes em relação a este conhecimento. Segundo Dewey (2011), quando o conhecimento é puramente empírico, apresenta três erros: tendência de conduzir falsas crenças, incapacidade para enfrentar o novo, tendência a gerar inércia mental e dogmatismo.

O primeiro deles diz respeito às falsas crenças. Segundo Dewey (2011) Apesar do conhecimento empírico disponibilizar a matéria para o conhecimento

científico, ele não dispõe de garantias sobre as conclusões corretas e erradas, podendo cair na falácia *Post hoc ergo propter hoc*; fazendo com que a compreensão da existência de uma coisa que vem primeiro pode ser a causa de outra que surge logo em seguida. Para Dewey isso representa uma falha e se transforma em uma fraqueza para o conhecimento empírico, por lançar a sorte e a coincidência da existência dos fatos.

Esta fraqueza no método é o princípio vital das conclusões empíricas, mesmo quando estar correto, porque correção é mais uma questão de sorte do que método. Que apenas batatas devem ser plantadas durante o crescente, que as pessoas próximas ao mar nascem na maré alta e morrem na maré baixa, que um cometa é prenúncio de perigo, que a quebra de um espelho traz má sorte, que um remédio patenteado cura um doença, todas essas e outras mil noções semelhantes são afirmadas com base na coincidência e conjunção empírica. (DEWEY, 1998, 90).

E isso ocorre no dia-a-dia das pessoas, elas tem por base esse tipo de conhecimento em relação ao natural, por carecer às vezes de embasamento científico. E estas pessoas quanto maior for o acontecimento de fatos semelhantes, maior será a confiabilidade. Segundo Dewey, (2011), muitas das crenças que ainda temos seguem esse modelo, pois nos foram dadas e nem sempre procuramos o modelo científico para levantar questionamentos de tão próximas da realidade que elas se apresentam.

Isso ocorre segundo Dewey porque está presente de forma natural no cotidiano das coisas e dos seres. Um desses exemplos é a expectativa da morte e da velhice, tendo em vista ser um evento natural, ele está presente no conhecimento empírico como umas certezas e expectativas difíceis de serem modificadas. “Ninguém hoje pode apontar, com certeza, uma causa necessária da velhice e da morte, que, do ponto de vista empírico, eles são os mais seguros de todas as expectativas” (DEWEY, 1998, p. 90).

Em relação ao segundo ponto, a argumentação de Dewey demonstra que as crenças do conhecimento empírico enfrentam dificuldades quando tem que deparar com algo novo. As crenças acabam falhando e não conseguem combater as realidades que sempre se renovarão de acordo com o espaço e ambiente. Isso acontece porque as observações empíricas têm uma carência de continuidade, sendo que o fato passado era sua base e fundamentação. Quando o fato entra em contato com algo novo e começa a se modificar, as explicações empíricas falham.

Dado que se apoiam em uniformidades passadas, carecem de utilidade quando a nova experiência afasta-se em alguma consideravelmente medida do antigo incidente e do precedente acostumado. A inferência empírica segue a rotina própria de costume e não tem nada para guiá-la quando esses traços desaparecem. (DEWEY, 1998, p. 90).

O que acontece nessa parte do conhecimento empírico é semelhante a um adestramento em que se prepara certa situação com a mesma resolução sempre. Quando a situação sofre modificações, aquilo que foi adestrado não consegue solucionar o problema. Segundo Dewey (2011), o conhecimento científico é bem diferente dessa adestração e desses costumes, ele ensina os seres a lidar com as situações de diferentes modos e a se prepararem para o acolhimento de novas situações a todo instante, pois na natureza nada permanece estático, as coisas estão em constante modificações. Com isso, o conhecimento científico treina os seres com experiências antigas e novas para diferentes situações e circunstâncias.

O terceiro erro do conhecimento empírico está na inércia e dogmatismo mental que este pode causar. Para Dewey este terceiro ponto é o que mais prejudica o conhecimento empírico, pois ele se destaca pela conservação e pelo efeito geral que causa na mente. As crenças se transformam em tradição e são passadas de geração em geração. Segundo Dewey (1998, p. 90), “Inércia mental, preguiça, conservadorismo injustificável, são as mais prováveis consequências. Seu efeito geral sobre a atitude mental é mais grave até do que as conclusões específicas e errôneas para a qual as conduzem”. Assim, as explicações diante de fatos naturais fogem da própria natureza e são conduzidas para acontecimentos e explicações mitológicas e fantásticas que não apresentam ligação entre os fatos.

Estas eplicações fantasticas e mitológicas procuraram sempre preencher um espaço vazio que hoje o método científico procura preencher com fatos experienciados da natureza. Assim, segundo Dewey (1998), a mitologia e a fantasia tinha como objetivo proporcionar apenas nexos ausentes. Com isso, fez surgir coisas que não eram e não tinha como refuta-las por apresentar um espaço fechado e já imerso na mente das pessoas pela tradição. O conhecimento empírico na primeira fase humana se viu acompanhado de puro mito e forças ocultas que explicavam as causas de acontecimentos naturais. Segundo Dewey (1998, p. 90),

Essas causas escapam à observação, de modo que seu valor explicativo não pode ser confirmado nem refutado por novas observações ou

experiências. Daí que a crença neles se torna pura tradição. Eles dão origem a doutrinas que, inculcadas e transmitidas de geração a geração, se tornam dogmas. Em consequência, a pesquisa e a reflexão permanecem realmente anuladas.

Essas crenças quando se tornavam realidades e tradição, tinham como guardiões certos homens que se dizem os responsáveis para manter o conhecimento guardado e sem auterações nem através da ciência. Estes homens se tornaram os transmissores e autoridades do conhecimento, questionar uma realidade já estabelecida era o mesmo que questionar sua autoridade. “Questionar as Crenças equivale a questionar sua autoridade; aceitar as crenças é prova de lealdade ao poder estabelecido, uma demonstração de que se é um bom cidadão” (DEWEY, 1998, p. 90). Assim, a missão era tornar a mente o desejo de investigação dócil, criar uma passividade que não questionasse o conhecimento empírico dos detentores de poder sobre determinado conhecimento.

Nesse terceiro ponto de erro do conhecimento empírico quando surgiam novidades eram logo tiradas de cena, eliminadas e fastadas da realidade vingente, pois o conhecimento habitual não podia perder seu espaço. Segundo Dewey (1998), a maneira de calar os investigadores era determinar e citar as leis antigas e dar exemplos de erros passados. Para Dewey, isso era forte porque fazia parte do conhecimento natural, social e histórico do pensamento empírico. Mas isso era ruim para o desenvolvimento do conhecimento e progresso da ciência. Os pesquisadores que se dispusessem a levantar questionamentos e novas descobertas eram perseguidos.

Em contraste com o conhecimento empírico, surge o conhecimento científico. Em seu naturalismo, Dewey (2011, p. 74) argumenta que a “ciência brinda-nos agora com um universo ilimitado no espaço e no tempo, sem limites aqui ou ali, nesta ou naquela extremidade, e infinitamente complexo, tanto na estrutura quanto na extensão”. O mundo da ciência traz diversificação e possibilidade de adentrar a natureza e dela trazer a tona novas descobertas. Com o método da ciência os pesquisadores são livres para desfrutar de um conhecimento pautado na observação e experimento, expandir esse conhecimento, dar continuidade e ser refutado quando as teorias não estiverem adequadas ao espaço.

Assim como Peirce, Dewey sustentou a vantagem do método científico. Lembrando que Peirce classificou os métodos assim: o método científico, o método

da tenacidade, o método da autoridade e o método *a priori*, estes dois últimos, têm a mesma essência, são metafísicos, não trazem nenhuma vantagem em absoluto sobre o método científico. E defendeu o método científico como aquele mais eficaz na constituição de nossas crenças.

O conhecimento científico tem muitas vantagens sobre o conhecimento empírico. Segundo Dewey (1998), este conhecimento procura analisar os fatos naturais com maior número possível de amostras, procura cada vez mais fugir dos erros, não transforma o conhecimento em crença eterna, mas a possibilita para refutação e aprimoramento. Os fatos são tratados de forma técnica identificando neles contribuições para a realidade das coisas. As vantagens se apresentam da seguinte forma: Redução da tendência de erros, capacidade para manusear o novo e interesse no futuro.

A primeira vantagem se contrapõe ao conhecimento empírico. O conhecimento científico procura cada vez menos apresentar erros em suas análises. Nessa vantagem é possível perceber que os fatos são detalhados e especificados. (DEWEY, 1998). A segunda vantagem diz respeito ao acolhimento das coisas que poderão aparecer de maneira nova. O conhecimento empírico tinha certa resistência às coisas novas. No conhecimento científico ocorre esse acolhimento porque as coisas e a natureza estão em constante modificação, os seres estão em constante adaptação às realidades que surgem a todo instante. Assim, o conhecimento científico se adapta com facilidade as variações, e se familiariza com as realidades em transformações. Com isso, se torna mais fácil ter controle sobre determinados acontecimentos naturais e poder prevê algo no futuro. (DEWEY, 1998).

No argumento de Dewey (1998) a terceira vantagem traz um destaque importante, ela diz respeito à maneira pela qual a ciência tem interesse nos fatos e a capacidade que ela tem de transformar esses fatos para o futuro. Assim, ela procura sempre o progresso e não se limita ao passado, mas dar em dar um salto importante para o futuro.

No pensamento naturalista de Dewey é possível perceber a mudança que o conhecimento científico demonstra quando abandona a parte conservadora do conhecimento; sem medo de se lançar para as descobertas da natureza, abandonando a frieza pela qual o conhecimento era tratado. No conhecimento científico surge uma confiança nas análises e um abandono da tradição, tudo pode se renovar e sofrer alterações constantes. Segundo Dewey (1998, p. 91) aconteceu

com o conhecimento científico uma “mudança de atitude, a confiança conservadora no passado, na rotina nos costumes, pela fé no progresso através da regulação inteligente das condições existentes é, por suposto, o reflexo do método científico de experimentação”. A confiança na tradição deu espaço ao progresso científico.

Portanto, o naturalismo deweyano defende a natureza como fonte de conhecimento e a verificação como a possibilidade de conhecimento, tornando a experiência cada vez mais ligada a ideia de progresso científico. Este progresso não abandona as experiências ordinárias e diárias, mas as fortifica, fazendo com que as críticas dêem abertura para um conhecimento empírico aberto, sem tradicionalismo. O filósofo considerava que progresso exige que se abandone determinadas posturas, e que se investigue todo aquilo que se apresenta como novo, a fim de descobrir qual sua finalidade e utilidade. (DEWEY, 1980).

4.4 A epistemologia naturalizada na atualidade: o legado de Dewey

As teses naturalistas em epistemologia têm suas origens comumente associadas à crítica que os filósofos norte-americanos, da primeira metade do século passado, Charles S Peirce, William James, John Dewey, Sellars e Ernest Nagel, realizaram ao suposto “intelectualismo” e “subjetivismo” da tradição filosófica continental. Estes pensadores se proclamaram “naturalistas” a despeito das múltiplas nuances entre suas posições, e passaram a defender a utilização do método empírico para a realização do trabalho filosófico.

A epistemologia naturalizada origina-se com base em uma concepção de conhecimento derivado da aplicação do método empírico. Esta compreensão tem sido fundamental ao debate filosófico na atualidade cuja preocupação tem sido não mais temas com os da demarcação entre ciência e filosofia, mas com o próprio fundamento natural dos processos cognitivos enquanto objeto de estudo da epistemologia. Essa posição é retomada explicitamente por Willard van Omar Quine (1908-2000) que, no célebre artigo “Epistemology naturalized” (1969) deflagra o debate nos moldes atuais, tanto na epistemologia quanto na filosofia da ciência.

Quine defende que a epistemologia deveria ser transformada num ramo da psicologia cognitiva. Pode-se afirmar que se encontra em Quine aspectos de atualização do pensamento de Dewey. Na obra *Reconstruction in philosophy* [Reconstrução em Filosofia] (2011), Dewey deixa claro a pretensão do homem ao

utilizar os recursos que o natural proporciona para se chegar ao conhecimento com renovação constante. É na experiência que nasce o domínio do homem sobre a natureza e o poder de conhecê-la.

Para Quine (1985), a epistemologia não está distante da ciência, sendo assim, sobre a ciência, recai interesses e análises sobre os fundamentos que ditam a experiência. O projeto quiniense em relação à epistemologia naturalizada versa sobre os fundamentos que a experiência proporciona, tendo desta maneira o campo sensível como elo para se conhecer o mundo externo. De acordo com Sparano et al (2005, p. 126):

O projeto epistemológico de Quine tem como finalidade a compreensão da ciência. Seu projeto é empirista, mas trata os resultados científicos no interior das ciências constituídas. Quine afirma que não há base mais firme para uma reflexão sobre a ciência do que ela mesma e que somos livres para utilizar os resultados de uma ciência quando investigamos suas “raízes”. A essa epistemologia não fundacional reintegrada às ciências da natureza dá-se o nome de epistemologia naturalizada.

Com isso, o próprio Quine (1980, p. 157), faz um paralelo da epistemologia naturalizada com a matemática, destacando que assim como a matemática tem sua parte redutível à lógica, quando de certa forma procura tornar claros conceitos obscuros; “o conhecimento natural será baseado, de algum modo, na experiência sensível”. Desta forma, Quine demonstra que seu projeto epistemológico natural não está distante do pensamento deweyano, principalmente quando os dois buscam na parte sensorial e na experiência, pontos fundamentais para o conhecimento. A ideia de que as questões tipicamente epistemológicas relacionadas com racionalidade, justificação e conhecimento possam ser mais bem respondidas pela ciência empírica (posição mais forte de Quine) encontra muitos defensores no cenário atual. Posição esta que foi originalmente defendida por Dewey.

Sabe-se que tanto Quine quanto Dewey se distanciaram do pensamento apriorístico, isto porque, os dois entendem que não existem ideias inatas, sendo que, diante dessa defesa, o conhecimento tem sua validade somente na experiência; não sendo possível manter desta forma um pensamento clássico, onde o ponto base para se chegar à epistemologia é somente a partir da valorização das verdades ditas *a priori*. O próprio Quine (1985, p. 160), ao criticar também o pensamento cartesiano destaca que, “a busca de certeza cartesiana havia sido a motivação remota da epistemologia; no entanto, essa busca se revelou causa

perdida”. Assim, é notável também a crítica de Quine a Descartes, principalmente à maneira como a epistemologia era conduzida.

Nascimento (2017, p. 107), comenta que diante das crenças em relação a epistemologia naturalizada, Dewey é bem específico quando vai explanar sobre como deve ser conduzido o processo de aceitação daquilo que se tem como mental: ele “entendeu que os significados e as crenças podem até ser compreendidos como entidades mentais, mas são resultantes dos processos naturais”. Quine também entende que é a partir da experiência que o psicológico é moldado e para isso, importante é a maneira como a ciência natural funda os processos cognitivos e que a epistemologia se apropria como objeto de estudo. Ele torna visível o avanço que a epistemologia tem tomado no decorrer da história e, como essas mudanças andam lado a lado, não só com a matemática e seus problemas lógicos, como também com a psicologia. É notório no pensamento quiniiano o paralelismo que ele faz entre a ciência natural e a psicologia (estudo da mente e das ações psíquicas).

A epistemologia, ou algo que ela se assemelha, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. Ela estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico. Concede-se que esse sujeito humano recebe uma certa entrada experimentalmente controlada, certos padrões de irradiação em variadas frequências, por exemplo, e no devido tempo o sujeito fornece como saída uma descrição do mundo externo tridimensional e sua história. (QUINE, 1985, p. 164).

Assim, tanto Dewey como Quine estão interessados nos aspectos naturais da vida humana, na sua história. Isto porque, é importante para epistemologia natural a inserção do homem como sendo aquele que interage com a natureza, pois o homem não está separado do mundo natural, mas intimamente ligado a esse mundo. “Quine fornece uma justificção para o nosso conhecimento do mundo externo, inseparável de uma teoria psicológica de estímulo e resposta” (SPARANO, 2005, p. 125). Diante disso, pode se confirmar que Dewey e Quine são epistemólogos naturalistas. Quine assim como Dewey defende um posicionamento em que o conhecimento está fundamentado no natural, negando a argumentação de um conhecimento racional *a priori*, pois ambos nos revelam que é com o método científico que o conhecimento tem sua validação (NASCIMENTO, 2017, p. 139).

Assim como Dewey, Quine também defende que a filosofia não está separada da ciência, sendo, pois, precisamente demonstrada na investigação em conexão

com a ciência natural. Quine defende seu posicionamento argumentando que a epistemologia é o espaço pelo qual a filosofia se liga a ciência e contribui para a elaboração de teorias cada vez mais precisas, como por exemplo, a psicologia que é desenvolvida através de estímulos. Dewey com o naturalismo argumentou sobre uma epistemologia e conexão com a ciência; Quine também defende uma conexão entre a epistemologia e a ciência. “A epistemologia está contida na ciência natural, como um capítulo da psicologia. [...]. Há assim um envolvimento recíproco, ainda que em sentidos diferentes: o da epistemologia na ciência natural e o da ciência natural na epistemologia” (QUINE, 1985, p. 165).

Diante disso, tanto Quine como Dewey apresentam seus argumentos defendendo um posicionamento epistemológico de base naturalista, onde a natureza e ciência são fundamentais no processo filosófico e conhecimento. Os dois trabalham em busca de uma eficiência da ciência em relação a natureza, defendem também que todos os organismos estão em interação na natureza e que após o processo de experiência é possível prever alguns acontecimentos e suas relações com o futuro de maneira contínua. Quine reafirma a posição “naturalista” que não é possível descobrir fatos substanciais do mundo sem nossa experiência deste mundo e faz objeções aos “não naturalistas” que seguem sustentando que a filosofia tem uma dimensão normativa, que sob o risco de autorreferência, não pode ser estabelecida *a posteriori*. Entretanto, existem várias posições naturalistas intermediárias, que reconhecem a legitimidade da filosofia em lidar com alegações sintéticas *a priori* e, por isso, rejeitam a proposta quineana de transformação da epistemologia em um capítulo da psicologia cognitiva, como é o caso de Putnam.

Hilary Putnam (1926-2016) é outro teórico desta tradição que discutiu a ideia de realismo epistemológico. Conforme Ritchie (2008), Putnam rejeitou seu passado positivista e defendeu uma forma de realismo, a concepção segundo a qual as teorias científicas maduras são (aproximadamente) verdadeiras. A sua contribuição original foi sugerir que o realismo científico seja compreendido e defendido como uma hipótese empírica de alto nível, ou seja, para ele a melhor explicação do sucesso das ciências maduras foi que elas eram aproximadamente verdadeiras e a maioria das condições nessas teorias se referia a entidades reais.

Ainda, conforme Ritchie (2008), Putnam adotou uma posição realista. Ele negou que os estados mentais possam ser reduzidos ao físico, aos estados cerebrais, razão pela qual é possível imaginar criaturas com constituições físicas

diferentes – pessoas, alienígenas, talvez robôs – que têm os mesmos estados mentais, mas com cérebros diferentes ou não. Ele sugeriu uma posição conhecida como funcionalismo, que concebe a mente como análoga a um computador. A psicologia, assim compreendida, é uma descrição do software abstrato do organismo pensante.

Para Nascimento (2017, p. 154) Hilary Putnam ocupa dentro da epistemologia contemporânea um lugar de destaque, especialmente em virtude da tese sobre “objetivismo sem universalidade” segundo o qual caracteriza sua a concepção realista do conhecimento. O realismo assumiu um protagonismo interessante no debate contemporâneo em epistemologia, têm sido um divisor de águas na rejeição de doutrinas fundacionista e na aceitação de noções falibilista do conhecimento e da verdade.

Putnam apresenta a seguinte questão: se o conhecimento e as verdades são falíveis, quais são os limites do falibilismo humano? Este questionamento incide sobre a tradição pragmatista que, embora seja uma abordagem não tão sistemática e demasiadamente plural, os pragmatistas manejaram com as noções falibilista do conhecimento (PERONA, 2001, p.289).

O realismo de Putnam se funda em duas razões. Primeiro, segue uma evolução própria das tensões da filosofia contemporânea indo de uma perspectiva kantiana à pragmatista. Em segundo lugar, sua investigação constitui um problema de determinar, antes de tudo, o que é a realidade. A realidade são fatos, são coisas, são valores? Assim na obra *Reason, Truth and History* [Razão, Verdade e História], o filósofo tenta expor uma concepção de verdade que unifique os componentes objetivos e subjetivos do conhecimento. Como escreve Perona,

Esta pretensão implica rechaçar tanto as concepções de verdades puramente internalistas, antirrealistas e/ou relativista quanto à concepção externalista da verdade como correspondência, ele a considera como sendo o coração do realismo metafísico. Assinala como problema principal a última opção que tem que dar conta de uma suposta relação entre palavras, signos mentais e coisas ou conjunto de coisas externas e ter que adotar um ponto de vista tão cético que não é humano: o do olho de Deus [...] Por outro lado, pretende levar a cabo esta tarefa epistemológica sem se ver obrigado a prescindir da possibilidade de elaborar um conhecimento objetivo sobre o mundo(idem, p.291).

Em suma, Putnam compromete-se com um projeto realista em termos epistemológicos fazendo objeções às discussões e temas de seus contemporâneos que, no afã de produzirem um conhecimento disciplinar em termos filosóficos, se

envolveram tanto em concepções de verdades internalistas, antirrealistas e até mesmo relativistas quanto em concepção externalista. Putnam prefere afirmar em *Reason, Truth and History* [Razão, Verdade e História] que a verdade é a aceitação da idealização humana.

Para Putnam (1997) a ciência sempre estará diante das noções de verdade procurando consequências práticas. Esta mesma ciência se abrirá para a continuidade dos fatos ocorridos, fazendo com que estes fatos passem por uma reflexão. Putnam defende isso porque os acontecimentos científicos não surgiram do mero acaso, mas de uma reflexão da vida prática. Putnam argumenta nesta passagem a consideração importante de Kant em considerar que o conhecimento deriva da experiência, mas discute que a reflexão em si, para se obter o conhecimento não é uma fonte infalível:

Kant estava correto ao insistir que a reflexão sobre a possibilidade de obter conhecimento a partir da experiência é, em si mesma, uma fonte de conhecimento, ocorre que esteve equivocado ao considerar tal reflexão como fonte infalível (quando se orienta adequadamente). Kant também estava certo ao supor que devemos refletir não só sobre as pressuposições da aprendizagem para atuar como atuamos. A maioria dos problemas sobre a mesma possibilidade do conhecimento normativo surge da imagem demasiadamente e estritamente empírica de como o conhecimento é obtido e como se justifica. (PUTNAM, 1997, p. 175).

Putnam assegura que Kant não duvidou que existisse uma realidade independente da mente. A noção de mundo “*noumênico*” pode ser entendida como o limite do pensamento. Desta maneira, Putnam escreveu que embora a epistemologia contemporânea tenha considerado desnecessário este elemento metafísico em Kant, não se pode deixar de pensar que há uma base de apoio independente da mente para nossa experiência.

Os pragmatistas, de modo específico Dewey, seguindo os princípios desta doutrina, já prenunciavam este modelo de realismo sistematizado por Putnam. Os pragmatistas certamente declarariam que, usamos nossas ideias para “lidar” com a realidade extralinguística, não para nos referirmos a ela. Esta é a interpretação adequada da teoria da correspondência de Dewey. O que conhecemos, na ciência e em outros lugares, são as potencialidades da natureza submetidas às condições definidas. Os objetos do conhecimento decorrem da correlação entre processos distinguíveis de mudança.

Na cena filosófica atual é possível detectar mais uma filósofa que tem seu pensamento voltado para a epistemologia naturalizada. Susan Haack em sua obra *Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology* (1993) [Evidência e Investigação: Rumo à Reconstrução em Epistemologia].

Haack (1997, p. 13) se declara naturalista e mostra que sua obra deve contribuir com uma epistemologia de base científica e empírica. Com isso ela se aproxima de Dewey quando este argumenta que sua teoria pode ser entendida como um empirismo naturalista ou um empirismo humanista (DEWEY, 1980). Outro ponto de encontro entre os dois é que Dewey e Haack não descartam a possibilidade de todas as teorias serem verificadas. Os dois não comungam da ideia de um conhecimento *a priori*. Haack propõe em certo ponto uma conciliação entre os modelos empírico e *a priori*, desenvolvendo um posicionamento naturalista.

Eu vou oferecer uma nova aproximação ao projeto de ratificação, uma aproximação que não tem um caráter puramente *a priori* e nem puramente empírico, mas muito modestamente naturalista, permitindo a relevância da contribuição tanto das considerações empíricas sobre as capacidades e limitações cognitivas dos seres humanos, bem como considerações de natureza lógico dedutiva. (HAACK, 1997, p. 14).

Haack procurou fazer uma reconstrução na epistemologia, destacando a importância da naturalização da epistemologia, mas ao mesmo tempo chamando atenção para uma abertura e distinção das várias maneiras de naturalismo existentes. Nessa reconstrução ela procurou também fazer uma conexão entre os fatos observáveis e os fatos de caráter dedutivo. Diante disso, mesmo ela tendo argumentando sobre uma reconstrução assim como fez Dewey os dois em seus textos acabam por defender um posicionamento natural e experimental.

A minha, em certo sentido, é uma epistemologia naturalista, não é inteiramente *a priori*, pois é baseada em suposições empíricas sobre habilidades cognitivas e limitações dos seres humanos e, portanto, reconhece a importância da contribuição para a epistemologia dos estudos científico-naturais da cognição(HAACK, 1997 p. 17).

Assim, Haack segue um caminho semelhante ao de Dewey, se declarando naturalista e não aceitando um conhecimento *a priori*. Em seus argumentos reconhece que o conhecimento científico é importante para a parte cognitiva humana. Segundo Stein (2000, p. 7),

Haack procura perpetuar uma visão cientificista de filosofia, cujo método se assemelha ao das ciências e que se preserva ligada ao tribunal da experiência, mesmo que indiretamente, ou quando trata de questões metacientíficas (2000, p.7).

Com isso, pode se perceber que tanto Dewey com Haack são defensores de um conhecimento que tem sua base na experiência e contato com a natureza. Este contato causou uma revolução na epistemologia e na ciência, tornando a natureza independente para produzir sempre mais resultados. Segundo Dewey (2011, p. 79), “os processos naturais não mais se restringiam a um número fixo de fins ou resultados inalteráveis, tudo que pudesse ser concebido também poderia acontecer”.

Com a epistemologia naturalizada, a ciência passou a englobar muitos artefatos a natureza, tornando-a cada vez mais conhecida e passível de modificação em todas as suas formas. Os naturalistas concordam que os avanços científicos são essenciais para o progresso e o desenvolvimento do conhecimento, tendo vista sempre uma experiência voltada para a continuidade e futuro. A epistemologia naturalizada não aceita um retorno e o aprisionamento da natureza, pois seus defensores procuram de certo modo afastar um posicionamento puramente racionalista de seus argumentos e procuram fazer sempre uma conexão entre a experiência humana com a experiência desenvolvida de forma científica e investigativa.

Pode-se falar em epistemologia naturalizada em Richard Rorty (1979)? Esta questão é fundamental na discussão sobre as contribuições do neopragmatista. Esta tem sido a grande controvérsia da apropriação Rorty (1979). Há uma peculiaridade na abordagem naturalista de Rorty (1979) por que Rorty considera o conhecimento derivado da experiência linguística e não apenas naturalista.

Dessa maneira o neopragmatismo Rorty (1979) não deixa de ser uma forma de naturalismo. Quando este filósofo rejeita às explicações de cunhos transcendentalistas que não levam em consideração o processo de naturalização da vida, ele está se colocando numa perspectiva de naturalista. Rorty (1979) considerava que os modernos acertaram quando abandonaram a visão de mundo religiosa, mas erraram ao substituir a noção de Deus pela noção de verdade objetiva. A partir desta hipótese Rorty (1979) considera que os modernos que deveriam assumir a naturalização do conhecimento, perderam-se no caminho, pois continuaram tentando atribuir um significado último da realidade a matriz

fundacionista do conhecimento. Rorty (1979) entendeu que tanto Quine com o combate aos “dois dogmas do empirismo” quanto Sellars com a crítica ao “mito do dado” haviam demonstrado que as teorias da verdade como correspondência e representação são equivocadas, pois estas devem se submetidas a uma explicação na prática social.

Constata-se que o neopragmatismo de Rorty (1979) mesmo sendo naturalista, não é cientificista, pois ele sustenta que “somos seres biológicos num mundo natural e nossa linguagem é um instrumento para lidar com esse mundo para atingir nossos propósitos”. Rorty (1979) herda a concepção de ciência do pragmatismo clássico segundo o qual a ciência é uma ferramenta eficiente, mas o cientificismo é equivocado. Nem o transcendentalismo nem o empirismo foram capazes de apresentar uma solução adequada para a justificação do conhecimento. Para Rorty (1979), “o fundamento não está em algum princípio universal e atemporal, mas sim em formas de justificação imersas na prática social efetiva, outras formas de saber menos “científicas”, como as das ciências humanas podem ser admitidas (NASCIMENTO, 2017, p. 178)”.

Ao admitir que a justificação das crenças (conhecimento) se dar em práticas sociais efetivas, Rorty (1979) esclarece que para justificar uma crença é preciso avaliar seu desempenho em relação às crenças alternativas. Rorty (1979) argumenta que a melhor e mais adequada forma de justificar uma crença é avaliar seu desempenho em relação às crenças alternativas. Quanto melhor o desempenho da crença, quanto mais adequada e resistente ao processo argumentativo mais pertinente para ser candidata a uma explicação da realidade Rorty (1979) argumenta que quanto mais a filosofia sistemática sai em busca da racionalidade e objetividade em termos de “representação acurada” da realidade, mas ela se mostra enganadora.

Rorty (1979) diz que o conhecimento deve ser visto mais como uma matéria de conversação e de práticas sociais do que como uma tentativa de espelhar a natureza. Rorty (1979) oferece uma explicação a essa visão: explicando a racionalidade e a autoridade epistêmica por referência ao que a sociedade nos deixa dizer, ao contrário de explicar o último pelo primeiro, é a

essência do 'behaviorismo epistemológico⁴,' uma atitude comum a Dewey e a Wittgenstein(RORTY (1979), p. 174).

Rorty (1979) sustenta ser preciso sair do âmbito da comensuração (objetividade) e reivindicar a filosofia edificante como aquela que ajuda as pessoas e a sociedade a se livrarem de atitudes e vocabulários desgastados pelo tempo. Esta abordagem não irá se preocupar em fornecer um fundamento último para as coisas existentes no tempo. Não existe um progresso linear de apreensão da realidade, ou seja, nenhum período histórico aprendeu a realidade mais corretamente do que o outro. Entretanto, dentre as diversas formas de explicação, Rorty (1979) defende a sociedade liberal-democrática como a melhor opção, porque ela permite a coexistência de crenças alternativas no domínio público.

4.5 Pragmatismo e Naturalismo

O naturalismo esteve sempre presente na cena filosófica pragmatista. Os dois andam lado a lado. O naturalismo é expresso através da defesa e existência das experiências em conexão com a natureza. Assim, é possível dizer que o naturalismo defende ações práticas diante das investigações. O pragmatismo tem seu ponto máximo na ação prática. Seu critério de verdade não está nas ações subjetivas, mas tão somente nas ações práticas e nos fatos que são experienciados, apresentando resultados que possam contribuir em todos os momentos com o conhecimento.

Segundo Dewey (2010, p. 83), o pragmatismo procura as consequências e os resultados das ações. E procurando esses resultados, não foge das experiências, mas mantém um ponto de contato direto com a experiência. Assim, Dewey é naturalista e pragmatista ao mesmo tempo. Segundo Nascimento (2017, p. 27), “a epistemologia deweyana, de caráter naturalista e realista, se constitui em uma concepção de conhecimento de base pragmatista”. Dewey defende o pragmatismo e naturalismo, demonstrando um ponto de encontro entre as duas na ação, nos resultados, nas consequências, isto porque ele argumentou em defesa da ciência natural em virtude dos procedimentos que ela desenvolve.

⁴ O *behaviorismo* contempla o comportamento como uma forma funcional e reacional de organismos vivos. Esta corrente psicológica desenvolvida por Skinner não aceita qualquer relação com o transcendental, com a introspecção e aspectos filosóficos, mas pretende estudar comportamentos objetivos que podem ser observados. Aplicada à epistemologia refere-se aquilo que podemos estudar em termos das funções e relações intrínsecas ao processo de cognição.

Para Dewey (1980) sempre haverá interações dos corpos com a natureza, e essas interações sempre apresentarão novas experiências, novas causas e novos efeitos. Assim, é possível perceber na argumentação de Dewey uma ação que procura demonstrar a verdade das coisas a partir de suas causas e efeitos, e essa verdade não é presa, limitada e eterna. Ela pode sofrer modificações do espaço natural. Pode-se dizer que o naturalismo de Dewey sustenta esta tese: não há um lugar fora da interação causal. Todos os organismos estão em interação de causa e efeito contínuo. O pragmatismo segundo Dewey (2010, p.63), defende também uma ação constante, onde a ação se torna a finalidade da vida. E esta ação como finalidade está sempre se disporá a produzir efeitos e consequências, interação e causa entre os organismos naturais. Com efeito, a ação se torna uma intermediação entre as interações naturais.

Quando Dewey fala de pragmatismo e naturalismo experimental, ele defende que a união dos dois tornou possível a importância e o entendimento de um conhecimento como instrumento para demonstrar a importância do ser humano “o pragmatismo e o experimentalismo instrumental trazem ao primeiro plano a importância do indivíduo” (DEWEY, 2010, p. 79). Por isso ele argumentou em defesa de um humanismo naturalista no início da sua obra *Experiência e Natureza* (1980). Os indivíduos em interação com a natureza são capazes de produzir ações que modifiquem os dois lados, pois o indivíduo é dotado de um pensamento criativo e a natureza é capaz de receber essa criatividade e interação.

Dewey procurou com isso reconstruir e aproximar a natureza da maneira de conhecer as coisas. Essa aproximação defende uma conexão entre experiência e natureza. Segundo Tudela (1999, p. 181), “se trata de restaurar a continuidade entre a experiência e a natureza, de modo que a experiência se apresente como o único método válido para dominar a natureza e a natureza por sua vez, o espaço que enriquece e dirige o desenrolar da experiência”. Mas para isso ocorrer sempre deve ser levado em consideração a ação e as interações existentes entre os organismo. E com essas interações e ações cada organismo se disporá a transformações contínuas. Assim, a experiência que Dewey defende é natural e acontece dentro do processo de interação dos organismos na natureza.

Segundo Dewey (1980), a experiência é ação e dessa ação ela causa outra ação, não fechando a natureza e nem aprisionado a experiência apenas no mundo subjetivo. A experiência sendo ação, ela se aproxima sempre mais do pragmatismo

que defende a ação e as consequências. Com o pragmatismo e a compreensão da ciência natural aconteceram várias inferências importantes na filosofia e na epistemologia, uma delas é a interação entre os organismos. Esta ação que o pragmatismo e experiência desenvolveram, tornou possível uma conexão dos organismos no ambiente. Segundo Dewey (2011, p. 91), “a interação os organismos e do meio ambiente, que resultam em algumas adaptações para melhor utilização deste mesmo meio ambiente, é o fator mais importante, a categoria básica”. Este fator mostra que a epistemologia não é algo separado, mas está dentro do processo de transformação da vida e possibilita a ação de envolvimento dessa vida e forma interativa com todas as coisas.

Em Dewey a ligação dos sentidos com a natureza é de estímulos e não mais como fio condutor de conhecimento. “os sentidos perdem seu lugar como condutor de conhecimento para ocupar o posto que de direito lhes compete como estímulos à ação” (DEWEY, 2011, p. 91). Para os animais irracionais os sentidos não conduzem conhecimento, mas também não são insignificantes, os sentidos atuam no direcionamento para ação e estímulos a agirem de forma a se protegerem ou para sua alimentação. Segundo Dewey (2011) os sentidos tornam-se o estímulo para ação de forma necessária. É porta para o comportamento e o processo de adaptação ao meio ambiente, é transformador e urgente, pede sempre mais qualidade na ação. Assim, a ação dos sentidos no naturalismo de Dewey vai além de conhecimento, se transforma em estímulos para responder com precisão a acontecimentos no cotidiano.

Com o naturalismo o homem passa a dominar a natureza e deixa de lado as ações que eram desenvolvidas em relação ao domínio do homem sobre o próprio homem. O homem estava imerso em suas próprias concepções e entregue aos seus próprios conhecimentos com o abandono da natureza, e com isso poderia se deixar guiar por falsas concepções sobre a realidade. Surge com naturalismo argumenta Dewey (2011, p. 57), “o império do homem sobre a natureza, em substituição do império do homem sobre o homem”. Esse domínio sai de uma compreensão de experiência subjetiva, e passou a se desenvolver em âmbito coletivo. O homem se lança ao desejo de adentrar a natureza, de explorar a natureza em suas diferentes formas e de conhecer os limites impostos pela natureza. Dewey (2011) argumenta que as palavras de James quando denominou o pragmatismo de um nome novo

para uma velha forma de pensar, talvez estivesse demonstrando que o conhecimento estava diante de uma nova forma de interpretação da natureza.

Esse novo nome deu início a um método que sempre procurou a ação invés de discussões infundáveis. E Dewey (2011) argumenta ainda que esse domínio do homem sobre a natureza de forma pragmática que não vise discussões infundáveis, deveria se direcionar cada vez mais para a vida cotidiana e social. Com as mudanças na forma de conceber o natural, o mundo social também passou por modificações, surgiram cada vez mais novas tecnologias, o ser humano passou cada vez mais a dominar a natureza e rodar o mundo procurando conhecer cada vez.

Segundo Dewey (2011, p. 59), “a mente humana acostumou-se à investigação e à descoberta, deleitou-se, curiosa e interessada, com as revelações do novo e do exótico, ao mesmo tempo em que o velho e o usual perdiam o encanto e atrativo”. Assim, as descobertas da natureza contribuíram com o avanço do homem e o abandono de coisas conservadoras em relação ao conhecimento.

Dewey se torna atual por demonstrar que esse desejo ainda não chegou ao fim, pois o homem cada vez se liga a natureza, cada vez está interessado pelas consequências de suas ações e descobertas.

4.6 considerações finais

Portanto, este capítulo procurou mostrar uma epistemologia de base naturalista, destacando alguns pensadores que argumentaram sobre esse método. Foi demonstrado também a compreensão de Dewey em relação à naturalização da epistemologia e sua crítica a maneira de conhecer conservador, sendo que esta maneira impossibilitava o homem de adentrar aos segredos da natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi desenvolvida uma investigação a cerca do pensamento filosófico e epistemológico de John Dewey como objetivo de entender em que consiste seu conceito de experiência, sobretudo, as contribuições que este filósofo apresenta para uma epistemologia naturalizada. Em todos os escritos, o conceito de experiência de Dewey é responsável para o desenvolvimento do seu pensamento, nele está contido a sua compreensão de pragmatismo, do método instrumentalista e maneira como este pensador entende a sociedade e formação do cidadão em todos os âmbitos, desde a história às relações mútuas e contato com a natureza.

Dewey, ao se utilizar da ideia de experiência, desenvolveu uma teoria do conhecimento que vê na natureza o principal meio de se chegar ao conhecimento. Neste trabalho foi desenvolvido uma análise para compreender como a teoria de Dewey entende essa natureza como sendo a responsável pelo conhecimento, e foi possível constatar que Dewey apresenta uma epistemologia de base naturalista, onde a natureza se deixa conhecer e torna-se participativa das relações interações com todas as coisas.

A análise trouxe para o debate uma forma de se entender a epistemologia afastando-se do modelo tradicional de entendimento do conhecimento como sendo meramente abstrato. Com o conceito de experiência de Dewey, é possível destacar a importância que a experiência tem e o quanto ela contribui para a maneira como os seres desenvolvem suas relações. A natureza abre uma conexão com o método experimental e faz com que se encerre uma barreira que impossibilitava o desenvolvimento da experiência para com a natureza. Dewey apresenta dessa maneira um conceito de experiência que torna possível a conexão da natureza com o método experimental, e faz isso demonstrando que existe barreira entre ciência e filosofia. Assim, a partir do conceito de experiência, Dewey tira a subjetividade da responsabilidade do conhecimento, e argumentou que a experiência não se erguia acima do particular e ficava presa às amarras da subjetividade porque os pensadores tradicionais estavam imersos em um racionalismo que não se abria para a noção de experiência.

Dewey desenvolveu uma articulação entre experiência e natureza partindo da ideia de seleção natural e do processo evolutivo desenvolvida no darwinismo. Ao se amparar nas ideias darwinistas Dewey argumentou que todos os corpos estão diante

de um processo de adaptação ao meio ambiente e desse processo desenvolvem suas experiências, fazendo com que exista uma continuidade. Assim, a experiência não é mais subjetiva, mas está presente na natureza e em todos os corpos dentro de um processo de continuidade, fazendo com novas experiências surjam. O pensamento é responsável nesse espaço para refletir as experiências e a continuidade delas. O conhecimento dessa maneira deixa de procurar uma justificação, passa a reconhecer a origem e todos os processos, cognitivos e históricos.

Com o pragmatismo foi possível perceber o processo evolutivo e a maneira como o conhecimento além de ter a experiência e natureza como base e fundamento, necessita de ação para que as conexões e atividades ocorram. Para os pragmatistas e principalmente para Dewey que motivou esta análise, a ação contribui para o desenvolvimento do conhecimento, as coisas só possuem caráter de verdade se forem capazes de desenvolver uma ação e dessa ação surgirem consequências práticas. Dessa forma, os pragmatistas defendem uma epistemologia da ação com a existência de consequências que sirvam para vida prática, pois o pragmatismo procura cada vez mais ligar a teoria a prática. Assim, a verdade no pragmatismo surgirá a partir das consequências práticas e ação é a energia que torna possível o pragmatismo.

No primeiro capítulo foi feita uma investigação acerca do conceito de experiência de Dewey e como este critica a epistemologia tradicional, destacando a importância do conhecimento desenvolvido através do método experimental em conexão com a natureza. Neste capítulo foi possível adentrar também a importância dos tipos de experiência que Dewey apresenta em seu pensamento, a experiência primeira como sendo aquela responsável por mostrar como os seres recebem a partir do bruto o seu contato com a natureza, na experiência secundária acontece o processo de refinamento das experiências primeiras e posteriormente a organização dessas experiências.

Nesse processo o pensamento não perde seu valor, sendo, pois, o responsável pela reflexão do processo de experienciar e pelo desenvolvimento da continuidade das experiências. Neste capítulo foi possível também demonstrar a posição anticartesiana e antifundacionista de Dewey, destacando a sistematização de conhecimento que este filósofo faz partir da experiência tornando-a uma força

necessária para se chegar a natureza e dela abstrair o que for necessário para manter um conhecimento contínuo que se renova a cada experiência.

No segundo capítulo foi feita uma abordagem com destaque para o pragmatismo e instrumentalismo de Dewey. Em relação ao pragmatismo foi feita uma análise acerca do processo evolutivo e quais os seus fundadores, destacando a caracterização que Dewey faz dessa corrente filosófica. Em Dewey, o pragmatismo é caracterizado a partir da ideia de experiência e de ação que esta experiência produz. Para ele, o pragmatismo que importa com os fenômenos consequentes que uma experiência e uma ação podem desenvolver. Assim, ele desenvolveu seu pragmatismo com vistas para as consequências futuras e não para os acontecimentos passados, e entende que o pragmatismo é uma teoria da verdade prática.

No terceiro capítulo a investigação foi direcionada para a compreensão entre o naturalismo epistemológico de Dewey e o naturalismo na atualidade. A epistemologia naturalizada tem sua fundamentação na própria natureza e se utiliza da experiência como apoio. Em Dewey foi possível compreender a importância do caráter científico para o conhecimento, pois, na epistemologia de cunho naturalista, o conhecimento existe a partir do método científico. A natureza é a responsável pela movimentação das coisas no mundo, e o método experimental está responsável para adentrar a natureza e mostrar como acontece essa movimentação das coisas.

Com isso, os principais desafios mostrados estão diante da renovação que o pragmatismo trouxe para a epistemologia e negação que este faz da filosofia racionalista; uma compreensão de como Dewey faz essa articulação entre experiência e natureza, demonstrando que não existe separação entre filosofia e ciência, e que a natureza não é estática e contribui para o desenvolvimento do conhecimento.

Nas respostas a esses desafios a pesquisa também desenvolveu uma investigação em relação ao método instrumentalista de Dewey, no qual é caracterizado como um estabelecimento de uma teoria lógica e precisa dos conceitos, dos juízos e das inferências em suas diversas formas em relação aos procedimentos de considerar como funciona o pensamento frente as consequências que surgidas no futuro. No instrumentalismo proposto por Dewey é necessário submeter os conceitos ao clivo das experiências, ao processo de experimentação. Assim, o instrumentalismo é um método importante para Dewey, pois este procurou

a partir de um esforço contínuo reconstruir a filosofia e modificar a lógica tradicional. com isso, a ideia de Dewey ao trabalhar o método instrumentalista traz como destaque que o pensamento terá que explicar sempre que consequências existentes nas implicações filosóficas para a vida humana.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Os Pensadores: seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. — São Paulo : Nova Cultural, 1987

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Dewey e Rorty (1979)**: Um debate sobre a justificação, experiência e o papel da ciência na cultura. COGNITO ESTUDOS: Revista Eletrônica de Filosofia, São Paulo, Volume 5, Número1, janeiro-junho, 2008.

BARRENA, Sara; NUBIOLA, Jaime. **Charlas S. Peirce (1839-1914)**: Un pensador para el siglo XXI. Barañáin (Navarra): Ediciones Universidade de Navarra, 2014.

BERNSTEIN, Richard, *The Pragmatic Turn*, Cambridge, UK: Polity Press, 2010.

CARLESSO, Dariane. **John Dewey e a Educação como "reconstrução da experiência"**: um possível diálogo com a Educação contemporânea. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria Rs, 2008. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2190>. Acesso em: 24 ago. 2014.

CAVALLARI FILHO, Roberto. **Experiência, Filosofia e Educação em John Dewey**: As “muralhas” sociais e a unidade da experiência. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/filho_rc_me_mar.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2014.

DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. Hemus – Livraria Editora Ltda, São Paulo, SP., 2014.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. (Os Pensadores) São Paulo : Abril Cultural, 1983.

DEWEY, John. **Cómo Pesamos**. Trad. Marco Aurelio Galmarini. España: Paídos, 1998.

_____. **Democracia e educação**: capítulos essenciais. Apresentação e comentários Marcus Vinicius da Cunha. Trad. Roberto Cavallari Filho. São Paulo: Ática, 2007. (Ensaio comentado).

_____. **Experiência e educação**. Trad. Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Anísio Teixeira.

_____. **Experiência e natureza**. Traduções de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme, Anísio S. Teixeira, Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980a. (Os Pensadores).

_____. **Lógica: a teoria da investigação.** Traduções de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme, Anísio S. Teixeira, Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980b. (Os Pensadores).

_____. **Propositions, Warranted Asseribility and Truth.** The Later Works of John Dewey. Southern Illinois University Press. ed. Carbondale and Edwardsville. 1991, p. 170 (Publicado originalmente no The Journal of Philosophy, 38, (1941), p.141).

_____. **Reconstrução em filosofia.** Trad. Marsely de Marco Martins Dantas. São Paulo: Ícone editora, 2011.

_____. Que entiende el Pragmatism por "Practico". In: FAERNA, Ángel; MANUEL, Dewey. **La Miseria de La Epistemología.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2010. p. 71.

ENGEL, Doraci. **Naturalismo epistemológico:** qual é a disputa, afinal? Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, VII Edição, 2011.

HAACK, Susan. **Evidencia e Investigación: hacia la reconstrucción en Epistemología.** Madrid: Tecnos, 1997.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** São Paulo: Editora Unesp, 2003. José Oscar de Almeida Marques.

JAMES, William. **Pragmatismo:** Un nuevo nombre para viejas formas de pensar. Madrid: Alianza Editorial, 2016. Ramón del Castillo.

LORIERI, Marcos Antônio. Aspectos do Instrumentalismo Pragmatista na teoria do conhecimento de John Dewey. **Cognitio**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.46-57, set. 2000. Semestral.

MARICONDA, Pablo R. Dewey: Vida e obra in: Dewey, John. **Experiência e Natureza, Lógica: a teoria da investigação, A arte como experiência, Vida e Educação, Teoria da Vida Moral.** Trad. Murilo Otávio R. P. Leme, Anísio S. Teixeira, Leonidas G de Carvalho. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães. Pragmatismo: uma filosofia da ação. **Revista descrições**, n. 1, p. 42-57, março. 2011. Disponível em: http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano3_01/3_nascimento.pdf. Acesso em: 5 de setembro de 2015.

_____. **Dewey e Rorty (1979):** da metafísica empírica à metafísica da cultura. Teresina: EDUFPI, 2014.

_____. **Pragmatismo uma filosofia da Ação:** de Dewey a Paulo Freire. Teresina: EDUFPI, 2017.

PEIRCE, Charles Sanders. **Cómo esclarecer nuestras ideas**. In: Obras Filosóficas: Fondo de Cultura, 2016.

_____. **The Collected Papers of Charles S. Peirce**. Cambridge, Mass, 1958.

_____. **Semiótica e Filosofia**. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1975.

PERONA et ali. **El retorno del Pragmatismo**. Editora Trotta. Madrid. 2001. p 289.

QUINE, Willard Van Omar. **Epistemologia naturalizada**. Trad. Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva e Andréa Maria Altino de Campos Loparié. São Paulo: Nova Cultura, 1980. (Os pensadores).

PETTERSEN, Bruno Batista. **A naturalização da epistemologia: empirismo, ciência e semântica**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PUTNAM, Hilary. **Realism With a Human Face**. Cambridge. Havard University, 1990.

SANTOS, Marcela Calixto dos. **A concepção de experiência e Educação em John Dewey**. 2011. 100 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: [http://www.uel.br/ceca/Pedagogia/pages/arquivos/MARCELA CALIXTO DOS SANTOS.pdf](http://www.uel.br/ceca/Pedagogia/pages/arquivos/MARCELA%20CALIXTO%20DOS%20SANTOS.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2014.

SHOOK, John. R. **Os pioneiros do pragmatismo americano**. Trad. Fabio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

SPARANO, Maria Cristina de Távora; MONTEIRO, Sílvia Maria; PEREIRA, Patrícia. **Epistemologia naturalizada e psicanálise: um horizonte de expectativa**: In: **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 17, n. 20, p.125-136, jan. 2005. Semestral. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=cr,ssl&ei=ZZmsWOvZHoGIwgTRhYjYDg#>. Acesso em: 10 jan. 2017.

STEIN, Sofia I. A. A Epistemologia Naturalizada e a negação de Princípios *a priori* do conhecimento. In: DUTRA, Luiz Henrique de A. ; MORTARI, César Augusto (org). **Princípios: seu Papel na Filosofia e nas Ciências**. Florianópolis: NEL/UFSC, 2000.

DE WAAL, Cornelis. **Sobre o pragmatismo**. Trad. Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WESTBROOK, Robert et al. (org). **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

RITCHIE, Jack. **A Filosofia de Putnam**. Trad. Heraldo Aparecido Silva. São Paulo: Centro de Filosofia Americana, 2008.

RORTY (1979), Richard. **Philosophy and the Mirror of Nature**, Princeton: Princeton University Press, 1979

_____. **Pragmatismo e Política**. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Consequências do Pragmatismo**. Trad. João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1982.

TUDELA, Jorge Perez de. **El Pragmatismo Americano**. Madrid: Sinteses, 2000.